

ENCONTRO PCP-MDP

APU POVO UNIDO NAS ELEIÇÕES ANTECIPADAS

Comunicado PCP-MDP na pág. 2

Contra as instituições, contra o povo

«AD» e Balsemão fazem tudo para ganhar tempo e atrasar as eleições

Pág. 2 / **Editorial**



Mário Soares prepara a continuação da política «AD»

Suplemento

COMITÉ CENTRAL ANALISA SITUAÇÃO E DEFINE LINHAS DE ACTUAÇÃO

O CC conclui que, nos meses de Dezembro de 1982 e Janeiro de 1983, coroando a heróica luta do Povo português, se registou uma mudança favorável e profunda da situação política, abrindo perspectivas reais para a solução da crise, para uma alternativa democrática, para a consolidação e reforço do regime conquistado com a Revolução de Abril.

O PCP tem plena consciência de ter dado, junto com a classe operária, com o Povo português, com outros democratas, uma contribuição, em muitos aspectos decisiva, para que esta mudança tenha sido alcançada.

O CC chama a atenção para as atitudes e manobras em curso por parte do governo, dos partidos que o constituem e das forças sociais que o apoiam para dificultar a normal evolução da situação política, o funcionamento normal das instituições, a realização das eleições antecipadas a curto prazo e condições democráticas para tal realização.

A importância que para o presente e para o futuro de Portugal revestem as próximas eleições, exige que se realizem em condições verdadeiramente democráticas para que seja assegurada a expressão genuína da vontade do Povo português.

O CC define desde já como objectivos essenciais a alcançar nas próximas eleições:

- pôr fim à maioria da «AD» (PSD e CDS) na Assembleia da República;
- reforçar consideravelmente a representação parlamentar do PCP e seus aliados de forma a possibilitar e a determinar a formação de um governo capaz de resolver os problemas nacionais.

Para viabilizar uma alternativa democrática, tão decisivo como votar contra a «AD» e os partidos que a compõem (PSD e CDS), será votar no PCP e seu aliados.

O CC decidiu a convocação de uma Conferência Nacional do Partido a realizar no dia 5 de Março, com o objectivo de aprofundar e precisar a orientação do Partido para as eleições e para uma alternativa democrática.

Texto integral da resolução do Comité Central na pág. 3
e conferência de imprensa na pág. 4

SEMANA

26

Quarta-feira



Nazi preso na Bolívia

O Conselho de Gerência da Anop decide anular o processo de despedimento colectivo de metade dos trabalhadores da empresa; estes, reunidos em plenário, regozijaram-se com o facto e mostraram-se determinados em prosseguir a luta pela reestruturação da empresa ■ A União dos Sindicatos do Porto (USP) anuncia que os trabalhadores do Porto irão comemorar o 1.º de Maio onde sempre o fizeram, na «baixa» da cidade, facto que foi atempadamente comunicado às autoridades competentes ■ As organizações distritais da Reforma Agrária alertam os trabalhadores para a possibilidade do Governo demitido e do MACP pretenderem, neste período, prosseguir e intensificar ilegalmente os sequestros e os roubos de terras, máquinas e outros bens ■ O Metropolitano de Lisboa paralisa completamente durante o dia de hoje, em luta por aumentos salariais e pela defesa de enquadramentos profissionais ■ Segundo entrevista da dra. Estrela Rego, directora do hospital de Ponta Delgada, ao «Correio dos Açores», cerca de 1900 doentes de Ponta Delgada tiveram de receber tratamento em Lisboa durante o ano de 1982 devido à falta de corações do hospital daquela cidade açoriana; este recurso representou uma despesa na ordem dos 60 000 contos e, é claro, teve e tem a ver com a insuficiência da assistência desde estabelecimento ■ O presidente Reagan, dos EUA, considera no seu tradicional discurso «Sobre o Estado da União» que a estratégia dos EUA «deve basear-se na força — a força económica e militar» ■ É revelado oficialmente que o criminoso de guerra nazi refugiado na Bolívia, Klaus Barbie ou Klaus Altmann, foi preso na passada terça-feira em La Paz por fraude em detrimento da corporação mineira da Bolívia (Comibol).

27

Quinta-feira



Greve nos transportes

Os comboios circulam em todo o País com frequência reduzida na sequência de uma greve dos cerca de 17 000 trabalhadores da CP; esta paralisação foi convocada como resposta à proposta do conselho de gerência de aumentos salariais globais de 12% ■ Octávio Pato acusa o PS de prosseguir a política de cooperação com a «AD» na distribuição dos pelouros ou na constituição dos executivos de muitas Juntas de Freguesia ou Câmaras Municipais; «em muitos lados, designadamente em Sintra, Oeiras e Lisboa, o PS fez acordos ou alianças com a «AD», com o PSD ou o CDS, em detrimento da APU, subvertendo escandalosamente o resultado das eleições», sublinharia ■ Um operário é assassinado pela GNR durante uma concentração de trabalhadores da CIFA, que decorria em Valongo junto às instalações da empresa Unifeca organizada para protestar contra salários em atraso; o CI da GNR, chamado não se sabe a que propósito, carregaria e dispararia sobre a concentração provocando, além de um morto, vários feridos ■ Recomeçam em Genebra as conversações americano-soviéticas sobre a redução de mísseis nucleares na Europa ■ Fernand Moran, ministro dos NE espanhol, afirma que a Espanha permanecerá separada da estrutura da NATO, embora se considere membro daquela organização.

28

Sexta-feira

O Secretariado da União dos Sindicatos do Porto e a DORP do PCP responsabilizam directamente o ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, e o governador civil do Porto explicitamente definido como fascista, pela actuação criminosa do CI da GNR em Valongo na passada quinta-feira, de que resultou o assassinato de um operário e vários feridos ■ Em conferência de imprensa são anunciadas as conclusões da reunião do CC do PCP ontem realizada, das quais ressaltam a proposta de formação imediata de um Governo isento constituído por elementos de todas as forças representadas na Assembleia da República, para vigorar até às eleições antecipadas; o PCP afirma-se desde já disponível para participar nesta solução ■ Um tribunal militar espanhol recusa conceder a liberdade condicional aos três chefes do Exército processados por presumível participação na tentativa golpista de 27 de Outubro.

29

Sábado



Zeca Afonso

Realiza-se em Lisboa, no Coliseu dos Recreios, um espectáculo com José Afonso, que nele percorreria o seu itinerário artístico desde os tempos de Coimbra aos dias de hoje: a luta antifascista nos novos rumos da música popular portuguesa que Zeca ajudou a abrir, seriam apoteoticamente aplaudidos por uma superlotação que assim também quis homenagear Abril; a RTP não consideraria suficientemente relevante este espectáculo, preferindo a transmissão de mais um episódio do «Dallas» à sua cobertura directa ■ Num reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD, Balsemão põe os seus cargos políticos à disposição; tudo ficaria adiado e remetido para um Congresso à pressão a realizar dentro de três semanas ■ Vinte e sete pessoas, civis e militares, são apresentadas à Justiça tanzaniana sob a acusação de terem projectado o derrubar o governo do presidente Julius Nyerere ■ Mais de 50 000 pessoas desfilam em várias cidades da RFA em sinal de protesto contra o ascenso do nazismo há 50 anos; o lema fundamental foi «fascismo e guerra nunca mais».

30

Domingo

O MDP/CDE responde afirmativamente à proposta do PCP para que os dois partidos concorram no âmbito da APU às próximas eleições ■ Comemora-se no Porto e em Lisboa, em romagens promovidas pela APU, grupos de democratas e sargentos dos três ramos das FA, o «31 de Janeiro de 1891» na cidade do Porto, a primeira tentativa de instauração da República no nosso País ■ Terminam em Luanda os trabalhos da reunião do Presidium da OIJ, com a divulgação de um comunicado que ressalta a necessidade de se estabelecer uma nova ordem internacional da informação.

31

Segunda-feira

Os governos de Portugal e Espanha continuam sem encontrar uma solução para as relações de pesca entre os dois países, que estão paralisadas desde o passado dia 31 de Dezembro ■ A administração Reagan submete ao Congresso o maior orçamento militar da história dos EUA, o qual atinge 238,6 bilhões de dólares para o ano de 1984 ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, é recebido pelo presidente da RP de Angola, José Eduardo dos Santos, no início da sua primeira deslocação oficial ao continente africano.

1

Terça-feira

O Primeiro-Ministro demitido desloca-se a Belém para um encontro com o PR. Em foco a questão do «orçamento provisório», como lhe chama o próprio Pinto Balsemão ■ Na AR, o CDS impede a aprovação dum voto de saudação à obra de Zeca Afonso, que fora proposto por Silva Marques, do PSD, com o apoio das restantes formações parlamentares ■ Chega a Lisboa o novo embaixador da URSS em Portugal, Valentim Voldine ■ «Não se pode discutir seriamente uma proposta segundo o qual a URSS deveria destruir unilateralmente todos os seus mísseis de médio alcance, enquanto os EUA e seus aliados da NATO conservariam todos os meios nucleares da categoria de que dispõem» — palavras do dirigente soviético Y. Andropov em entrevista à TASS. O secretário-geral do PCUS considera, pois, inaceitável para a URSS a cimeira proposta por Reagan sob condição de acertação prévia da «opção zero» sobre os mísseis de médio alcance.

Editorial

“AD” faz chantagem para adiar eleições

A evolução nos últimos dias da crise governativa pôs a nu o grau de imoralidade das forças que há três anos se assenhorearam das rédeas da Administração do País e o conduziram à beira do desastre.

Comprova também de maneira flagrante a justeza e objectividade políticas das medidas em tempo oportuno propostas pelo PCP.

A «AD» temerosa do fim do seu monopólio político sabota abertamente as decisões do Presidente da República e manobra para assegurar a sua continuidade no Poder.

A falência política da «AD», que no seguimento da estrondosa derrota de 12 de Dezembro e da demissão do Primeiro-Ministro, do vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, e de todo o Governo, assumiu foros de autêntica derrocada em termos de Poder e de coesão interna, pôs com muita força na ordem do dia aos órgãos de soberania e de consulta institucional um conjunto de medidas urgentes, rigorosamente inseridas no quadro da Constituição.

A demissão do Governo Balsemão/Freitas do Amaral, a dissolução da Assembleia da República, e a convocação de eleições legislativas antecipadas nos prazos constitucionais constituíram passos decisivos para clarificar os caminhos para a solução da crise e para uma alternativa política à ruína governação «AD».

Foram, contudo, insuficientes.

O facto de não ter sido formado até agora um governo de gestão isento que assegure os negócios públicos correntes e em especial garanta e respeite a democraticidade das eleições antecipadas, o facto de se manter a desacreditada e corrupta equipa de Balsemão & Freitas, são factores de deterioração e grave arrastamento da crise e de perigosa instabilidade política para o País.

É significativo que o «saco de gatos» em que se tornou a «AD» tenha decidido calar as zaragatas públicas entre os parceiros da coligação e adiar a barreira interna para fins de Fevereiro e Março e todos se tenham alinhado transitoriamente por detrás da figura desacreditada do Inepto Balsemão para tentar segurar-se no Governo e pôr a máquina governativa ao serviço dos seus objectivos eleitoralistas e de classe.

A «AD», que violou com a maior irresponsabilidade as obrigações constitucionais de apresentar com clareza e tempo as propostas orçamentais ao País, joga agora com pretensas exigências de solvabilidade financeira, de encargos e receitas públicas e de elaboração e aprovação parlamentar de um OGE provisório — um «mini-OGE» como eles lhe chamam — com pretensas obrigações internacionais de carácter militar e financeiro para tentar protelar o mais possível a dissolução da AR, atirar para a data que mais lhe convenha a realização das eleições e agravar até ao último minuto de uso ilegítimo do Governo a situação dos trabalhadores.

Amanhã, 4 de Fevereiro, termina o prazo constitucional para que a dissolução da AR possibilite a realização de eleições a 25 de Abril.

A «AD» empenha-se neste momento com desespero numa verdadeira corrida contra-relogio para obstaculizar, com chantagens e manobras dilatórias de toda a ordem, uma tal possibilidade.

O País não pode consentir nesta descarada manobra de sabotagem e dilatação que levaria rapidamente a novos agravamentos da crise económica e financeira e a uma maior deterioração da situação social.

Balsemão, que com toda a irresponsabilidade atirara às urtigas as suas obrigações de Primeiro-Ministro por manifesta falência e incapacidade política e alegadamente por «traições» internas no seu partido, aparece agora

como um governante muito «preocupado» com a situação económica e financeira do País e com as medidas de emergência que é preciso executar. Simultaneamente procura ganhar tempo e aguentar o seu clã à frente do partido a que preside ainda, com vistas aos tempestuosos embates intestinos que se avizinham.

As alegadas medidas de emergência do «orçamento provisório» que ontem foi entregue na Assembleia da República são um repositório de medidas antipopulares e antinacionais juntamente com questões de fundo que transcendem claramente o estatuto limitado de governo demissionário.

O PCP e os restantes partidos da oposição demonstraram que não é essencial para uma gestão transitória dos negócios públicos a discussão e aprovação imediatas do OGE ou de qualquer «mini-OGE». Outras medidas de fundo estão vedadas a um governo demitido.

O recurso aos duodécimos tem sido corrente mesmo nos três anos de governos «AD», o próprio Governo Balsemão o fez em Dezembro e Janeiro excedendo mesmo a regra habitual.

Segundo os números apresentados em Dezembro à AR um duodécimo de 54 milhões de contos asseguraria sem anormalidade de maior as despesas do Estado.

Mas a «AD» não quer só isso: as medidas salariais contra os trabalhadores, os reformados e pensionistas apresentam a principal preocupação social do Governo.

A imposição do tecto salarial de 17% — destinado a ser pulverizado pela luta dos trabalhadores — é a medida de classe mais odiosa desta «AD» demitida.

O Governo demissionário e a sua maioria parlamentar, em hora de largada, impuseram um salário mínimo inferior à taxa de inflação (menos 500 escudos — cerca de 4% — que o mínimo exigido pela CGTP-IN e objecto da proposta derrotada do grupo parlamentar do PCP).

Mais de um milhão e duzentos mil contos foram sonegados aos reformados e pensionistas; cerca de 200 mil comerciantes e pequenos industriais viram aprovada a lei leonina dos arrendamentos que para muitos significará a ruína e a proletarianização forçadas.

Os atrasos no pagamento de salários atingem mais de 50 mil trabalhadores e o Governo responde a legítimas exigências, como as dos trabalhadores da CIFA, com três meses de salários em atraso, com a repressão assassina como se verificou há pouco em Valongo.

Os leilões das terras da Reforma Agrária continuam; os despachos judiciais favoráveis às UCPs são ignorados.

Outros projectos antidemocráticos e antinacionais estão nas intenções sabotadoras da «AD» e do seu Governo de Balsemão e Freitas do Amaral.

O Governo demissionário, já com «guia de marcha», nomeou um grupo de trabalho com gente da sua cor para elaborar uma nova lei eleitoral nos moldes da que foi rejeitada pelo extinto CR e vetada pelo PR.

Incurções no domínio militar são anunciadas depois da derrota de Freitas do Amaral e da «AD» na aplicação da Lei da Defesa no capítulo das chefias militares.

O Governo «AD» anunciou o projecto de promoções a oficiais gerais que o seu estatuto demissionário claramente lhe veda.

Ainda no domínio militar, o Governo Balsemão — derrotado já nas eleições autárquicas quando o Primeiro-Ministro foi a Washington receber ordens do Pentágono — quer activar antes das eleições (e provavelmente antes da dissolução da AR) as negociações para a continuação da cedência da base das Lages e da de Beja aos Estados Unidos.

As negociações com o FMI são colocadas como medidas de emergência pelo Governo, claramente na linha do

acelerado endividamento externo que tem sido uma constante dos governantes «AD».

Legislação de fundo sobre a Comunicação Social, a Magistratura e os Tribunais Judiciais, sobre a PSP e a GNR, está nos projectos chantagistas da «AD».

Este processo corrosivo das instituições democráticas e da situação nacional, tem de ser travado. É inadmissível dissolver a AR e marcar a data das eleições. Sobre tudo, é imperioso levar a cabo uma medida urgente de profilaxia nacional: mandar para casa os ministros demitidos da «AD», nomear um governo de gestão com a representação de todos os partidos com assento parlamentar, como propõe o PCP, dar a palavra ao povo o mais prontamente possível.

De uma outra área vêm preocupações para todos os democratas e patriotas portugueses.

O Partido Socialista embarca de maneira quase generalizada em alianças com a direita nas novas autárquias eleitas em Dezembro.

Em muitos casos o PS conduz em aliança com a «AD» processos antidemocráticos tendentes a afastar o PCP e a APU de posições para as quais recebeu o voto dos eleitores.

De mãos dadas, socialistas e reacçãoários da «AD» assaltam cargos nas mesas de Assembleias Municipais e de freguesia, repartem ilegítimamente pelouros camarários entre si, segregando a APU e o PCP da gestão autárquica, lá onde detém a maioria dos mandatos.

Ao mesmo tempo velhos focos, velhos slogans e velhas figuras anticomunistas saem da penumbra pelas mãos de Mário Soares, Jaime Gama e outros.

Gente desclassificada como Barreto, Sotto Mayor Cardia e outros pontificam de novo uma estratégia social-democrata que está levando o PS para as águas da direita.

Uma estafada ladainha de «única alternativa à 'AD'», de «única força capaz de ser governo» e de ser «maioria absoluta», sai de novo dos arsenais do PS para ludir os portugueses com uma falsa concepção de «voto útil».

Uma força como o PCP e a APU que dirige no plano autárquico mais de 30% do território nacional, onde graças a um activo de trabalho, eficiência e honradez ganhou em 12 de Dezembro o voto de renovada confiança de quase um milhão e com mil eleitores, é agora objecto de uma campanha segregacionista, condenada ao fracasso, de dirigentes socialistas aliados de facto com a direita.

Na sua última Reunião Plenária o CC do PCP caracterizou com justeza a situação actual e as razões da crise governativa, deu uma resposta adequada aos graves problemas nacionais e aos anseios profundos do Povo português, apontou medidas cujo estudo e desenvolvimento abrirá perspectivas favoráveis à solução da crise actual e a uma alternativa política à «AD».

«Uma mudança favorável e profunda, da situação política, abrindo perspectivas reais para a solução da crise, para uma alternativa democrática para a consolidação do reforço do regime conquistado pela revolução de Abril» se registou nos últimos dois meses — diz-se no documento saído da Reunião.

A perspectiva aberta pelos comunistas portugueses é um factor de mobilização e de unidade de todos os trabalhadores, de todos os portugueses e patriotas, designadamente de comunistas e socialistas, na luta para pôr fim ao domínio, à chantagem e às manobras sabotadoras da «AD» e dos que, aliados à direita, fazem o jogo do grande capital e do imperialismo.

Aproximam-se rapidamente novos momentos de decisiva viragem. As grandes vitórias de Dezembro arrancadas pelo portentoso movimento operário, democrático e popular de massas abrem o caminho a novas e mais importantes vitórias, ao triunfo definitivo da democracia e do 25 de Abril.

região de apoio do colégio

PCP

As manobras do governo Balsemão

1. O novo adiamento da apresentação à Assembleia da República das chamadas «medidas urgentes» de natureza financeira, bem como a anunciada pretensão do demitido governo «AD» de aprovar um OGE e conseguir da Assembleia da República autorizações legislativas para intervir em matérias que lhe estão vedadas por se encontrar em meras funções de gestão, assumem um grave significado político que se impõe denunciar.

2. Tais manobras e atitudes inserem-se na linha de actuação que o demitido governo «AD» e os partidos que o integram vêm desenvolvendo depois de anunciada pelo Presidente da República a sua decisão de dissolver a Assembleia da República e de convocar eleições legislativas antecipadas.

Na verdade, o desenvolvimento de manobras dilatórias para impedir a realização de eleições a curto prazo e as suas sucessivas tentativas de abuso do poder exorbitando largamente «a prática de actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos» (Artigo 189, número 5 da Constituição), constituem uma consequência directa da continuação em funções do demitido governo Balsemão.

3. Tais manobras confirmam, também, a urgência e necessidade, insistentemente sublinhada pelo PCP, de ser formado um governo de gestão idóneo até às eleições legislativas, no interesse do País, da estabilidade do regime democrático e da democraticidade do próximo acto eleitoral.

Na actual conjuntura, tal governo teria, além do mais, um papel positivo na situação política e social do País, travando as manobras desestabilizadoras que a «AD» e o seu governo desenvolvem para criar uma situação susceptível de atrasar a efectiva dissolução da Assembleia da República e a realização das anunciadas eleições antecipadas.

1 de Fevereiro de 1983

A Secção de Informação e Propaganda do PCP

Comunicado conjunto do PCP e do MDP/CDE

1. Delegações do Partido Comunista Português (PCP) e do Movimento Democrático Português (MDP/CDE) encontraram-se no dia 2 de Fevereiro para examinarem, no seguimento das deliberações tomadas nos órgãos de direcção nacional respectivos, os problemas relativos à concorrência dos dois partidos nas eleições antecipadas para a Assembleia da República.

Participaram no Encontro, Álvaro Cunhal, Carlos Costa e Carlos Brito por parte do PCP e José Manuel Tengarrinha, António Galhordas e Marcos Antunes por parte do MDP/CDE.

2. As duas delegações sublinham o carácter largamente positivo de que se tem revestido a cooperação entre o PCP e o MDP/CDE em anteriores actos eleitorais tanto para os interesses gerais da luta popular e democrática como para os interesses específicos de cada um dos partidos e anunciam a decisão comum de voltarem a concorrer às próximas eleições legislativas sob a forma de Aliança Povo Unido (APU) que para o efeito será reconstituída nos termos da lei.

3. Os dois partidos salientam que as próximas eleições antecipadas para a Assembleia da República adquirem uma importância decisiva para a consolidação do regime democrático e das suas principais conquistas e constituem uma oportunidade soberana para a concretização de uma viragem democrática na vida nacional, no seguimento das grandes derrotas infligidas à AD — PSD e CSD — nos meses de Dezembro e Janeiro. Revestem-se de um significado político indistigável as demissões de Pinto Balsemão e Freitas do Amaral, a demissão do Governo, o desaire da tentativa dum novo governo «AD» com Vítor Crespo, o fracasso do plano da governamentalização e instrumentalização das Forças Armadas, a desagregação da própria «AD» e a dissolução da Assembleia da Repú-

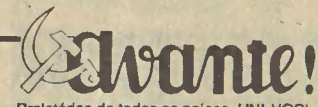
blica — tudo consequência da luta popular e democrática e correspondendo aos seus objectivos.

4. Ao decidirem reconstituir a sua coligação eleitoral e voltar a concorrer sob a forma de APU, que há muito se converteu numa alta expressão política de unidade, solidariedade e cooperação das forças democráticas, o PCP e o MDP/CDE vão ao encontro da importância excepcional de que o próximo acto eleitoral se reveste, seguros de que o reforço eleitoral da APU — subida de votação e aumento do número de deputados do PCP e do MDP/CDE por ela eleitos — representa a única forma de tornar definitiva a derrota da «AD» (PSD e CDS) de desencorajar novas alianças do PS com a direita e de assegurar a concretização de uma alternativa democrática para a política e o Governo do País.

5. Entretanto, os dois partidos tornam pública a sua disposição de examinarem com outros sectores e personalidades democráticas a possibilidade da sua participação no quadro da APU, contribuindo para ampliar a sua proposta unitária e reforçar, com benefício real para todas as correntes que dela fazem parte, a sua intervenção na defesa do regime democrático, das conquistas e do bem-estar do Povo português.

6. Os dois partidos, salientando que são múltiplas as razões para se ter confiança num grande sucesso eleitoral da APU, avultando entre elas os grandes êxitos obtidos nas eleições para as autarquias, apela aos militantes dos dois partidos e activistas independentes para que se realizem rapidamente as tarefas preparatórias das eleições, incluindo a pronta elaboração das listas, se inicie desde já uma larga acção de esclarecimento e se lancem as bases para uma grande campanha de massas que se traduza numa grande vitória da democracia.

2 de Fevereiro de 1983



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CGL Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Figueira — 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. 9 — 4000 Porto. Tel. 361067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Janeiro: 47 300

PCP

Declaração do CC do PCP

Com o PCP para a vitória nas próximas eleições Para uma alternativa democrática

No dia 28 de Janeiro realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português. O Comité Central examinou a situação política decorrente da demissão do Governo «AD», da dissolução da Assembleia da República e da realização de eleições gerais antecipadas e definiu as grandes linhas de acção do PCP na actual conjuntura.

O Comité Central considerou que, no seguimento destas grandes vitórias do povo português e do Portugal de Abril, estão criadas as condições básicas para afastar definitivamente a «AD» do Poder e para assegurar nas próximas eleições uma viragem democrática na política portuguesa.

1

Mudança favorável e profunda da situação política

Examinando a evolução dos acontecimentos o CC concluiu que, nos meses de Dezembro de 1982 e Janeiro de 1983, corando a heróica luta do povo português, se registou uma mudança favorável e profunda da situação política, abrindo perspectivas reais para a solução da crise, para uma alternativa democrática, para a consolidação e reforço do regime conquistado com a Revolução de Abril.

O PCP tem plena consciência de ter dado, junto com a classe operária, com o povo português, com outros democratas, uma contribuição, em muitos aspectos decisiva, para que esta mudança tenha sido alcançada.

2

Vitórias da democracia: seis acontecimentos capitais

A mudança favorável e profunda da situação política traduz-se em seis acontecimentos capitais:

- 1) demissão do Primeiro-Ministro P. Balsemão, Presidente do PSD e consequente queda do governo «AD»;
- 2) demissão de Freitas do Amaral, Presidente do CDS, vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa, de todos os cargos políticos;
- 3) derrota, pelo menos no imediato, do plano subversivo e golpista que (tendo como eixo a revisão da Constituição e a Lei de Defesa Nacional) visava o assalto e instrumentalização das Forças Armadas;
- 4) desagregação da «AD» que se preparava para monopolizar o Poder durante muitos anos;
- 5) fracasso da tentativa de formação de um novo governo «AD» (com Vítor Crespo);
- 6) dissolução da Assembleia da República e realização próxima de eleições antecipadas.

Estes acontecimentos de primeira grandeza significam grandes vitórias do povo e da democracia e estrondosas derrotas da contra-revolução.

Eles põem na ordem do dia a curto prazo o afastamento da «AD» do Poder e uma alternativa democrática à política de ilegalidade, abuso do Poder, miséria e desastre nacional realizada pelos governos «AD» nos últimos três anos.

3

Afastar a «AD» do Governo – um imperativo democrático

As causas fundamentais que estão na raiz de todos estes acontecimentos – a força e a luta prolongada e heróica da classe operária, dos trabalhadores, dos democratas, a completa falência da política da «AD», da qual resultou o agravamento de todos os problemas nacionais, a redução da base de apoio social e político e as derrotas eleitorais da «AD», e o funcionamento e as potencialidades das instituições democráticas – demonstram que o afastamento da «AD» do Poder é uma necessidade imperiosa e uma condição indispensável para que a crise económica, social e política possa ser superada.

Da mesma forma, a acção da «AD» no Governo e na Assembleia da República, já depois de decidida a dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República, confirma a urgência de um governo de gestão isento.

O CC chama a atenção para as atitudes e manobras em curso por parte do Governo, dos partidos que o constituem e das forças sociais que o apoiam para dificultar a normal evolução da situação política, o funcionamento normal das instituições, a realização das eleições antecipadas a curto prazo e condições democráticas para tal realização.

- São de citar designadamente:
- a violação dos limites dos seus poderes como Governo demitido e a reclamação de «poderes alargados»;
 - a interpretação abusiva do que são as «medidas indispensáveis para a resolução de questões urgentes» e injustificáveis demoras na definição de tais medidas;
 - A reclamação da formação de um novo governo da «AD» com plenitude de poderes, ainda antes das eleições;
 - a chantagem do abandono dos cargos;
 - as campanhas de ameaças, chantagem e apelo a soluções antidemocráticas de tendências fascista por parte do grande capital, designadamente da CIP;
 - o reacender dos ataques ao Presidente da República, responsabilizando-o inclusivamente pela demissão do Governo, que entretanto partiu do próprio pedido de demissão do Primeiro-Ministro.

Estas actuações comprovam inteiramente que o afastamento da «AD» do Governo é um imperativo para o prosseguimento do processo constitucional em curso para a realização de eleições e para o funcionamento normal das instituições.

4

Indispensável assegurar a democraticidade das eleições

A dissolução da Assembleia da República e a próxima realização de eleições antecipadas (decididas pelo Presidente da República) constituem decisões inteiramente constitucionais e institucionais, legítimas e justificadas.

O CC salienta entretanto que, por si só, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas não bastam para assegurar uma saída para a crise e uma alternativa democrática conforme com a vontade do povo português livremente expressa.

A importância que para o presente e para o futuro de Portugal revestem as próximas eleições, exige que se realizem em condições verdadeiramente democráticas para que seja assegurada a expressão genuína da vontade do povo português.

- Torna-se indispensável:
- o respeito pelas liberdades, democráticas e pela igualdade de direitos de todas as formações políticas e de todos os cidadãos;
 - o efectivo pluralismo, a instituir desde já, nos meios de comunicação social estatizada, particularmente na Televisão e na Rádio;
 - a completa interdição da utilização pelo Governo dos poderes, recursos, estruturas e quadros do Estado com objectivos eleitorais e eleitoralistas.
- A «AD» já demonstrou não estar em condições nem na disposição de assegurar tais condições democráticas às próximas eleições.

5

Necessidade e urgência de um governo de gestão idóneo

A formação imediata de um governo de gestão idóneo impõe-se por cinco razões fundamentais:

- para pôr rapidamente termo ao prosseguimento de uma política que continua a agravar todos os problemas nacionais;
- para pôr rapidamente termo ao abuso do Poder por parte de um governo que, estando demitido, exorbita largamente da «prática de actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos» (art.º 189 n.º 5 da Constituição) como mostram, entre outros exemplos, os brutais aumentos de preços, a efectivação da venda e desmembramento de empresas nacionalizadas, os novos violentos esboulhos de terras e bens às UCP-/Cooperativas da Reforma Agrária, com leilões e reservas, a continuação do uso da mais brutal violência para proteger privilégios e interesses ilegítimos – como acaba de suceder em Valongo, onde forças especiais da GNR mataram a tiro um trabalhador e feriram dezenas de outros;
- para impedir a manipulação e instrumentalização dos principais meios de comunicação social estatizados com o objectivo de condicionar a opinião do eleitorado em benefício dos partidos da «AD» e do PS, como tem acontecido;
- para impedir que os poderes de que dispõe o Governo sejam utilizados para desestabilizar a situação, fazer chantagem para exorbitar das suas funções, criar novos conflitos institucionais e preparar novos golpes contra o regime;
- para pôr fim a manobras dilatórias para impedir a realização de eleições a curto prazo e para assegurar o carácter democrático das eleições, uma vez que a «AD» no Governo já pôs em evidência o seu completo desrespeito pela legalidade, pelas normas e princípios democráticos.

São de combater firmemente as manobras dilatórias da «AD» para conseguir adiar e comprometer a realização de eleições e assim manter-se ainda durante longos meses no Governo continuando a sua nefasta acção.

É uma exigência objectiva da situação actual a formação de um governo de gestão que, ao contrário do demitido Governo Balsemão, respeite a Constituição, a legalidade democrática e os direitos e liberdades dos cidadãos, se mantenha nos limites das suas competências, satisfaça prementes reivindicações dos trabalhadores e do povo, desenvolva uma acção estabilizadora e assegure condições efectivamente democráticas para a realização das eleições.

A insistência do PS em que continue o Governo «AD» até às eleições faz o jogo da direita, contrariando a evolução favorável da situação no sentido duma solução democrática.

Não é a formação de um governo de gestão, mas a continuação do Governo «AD» que é susceptível de atrasar a realização de eleições antecipadas. A formação de um governo de gestão é compatível com a máxima brevidade na realização de eleições.

6

O PCP propõe: governo de gestão com todos os partidos

Examinando, nesta óptica, as características necessárias de um governo de gestão isento, o CC do PCP

pronuncia-se no sentido da formação até às eleições de um governo composto por representantes de todos os partidos com assento na Assembleia da República.

O PCP está pronto a assumir as suas responsabilidades numa tal solução.

7

Os partidos da «AD» em busca de salvação

O CC chama desde já a atenção do povo e de todos os democratas para as manobras da «AD» e dos partidos que a compõem para se manterem no Poder mesmo após a previsível derrota nas próximas eleições.

Tomando consciência de que nas próximas eleições a sua derrota é praticamente inevitável, a «AD» e os partidos que a compõem procuram novos arranjos partidários que lhes permitam evitar ser escoraçados do Poder.

O caminho de salvação que os partidos da «AD» procuram é uma aliança com o PS para constituir ou apoiar o Governo após as eleições.

São de sublinhar ideias, projectos e planos que abriam à reacção a possibilidade de continuar no Poder após a sua derrota eleitoral, tendo em vista designadamente:

- a formação de um governo pretensamente de salvação nacional ou de consenso nacional com a participação do PSD, CDS e PS;
- a formação de um governo na base da aliança PS-PSD.

Qualquer destas fórmulas de alianças e coligações governamentais permitiriam às forças reacçãoárias (com o colaboracionismo do PS) manter-se no Poder e prosseguir, no fundamental, a política seguida pela «AD» nos últimos três anos.

8

A direcção do PS prepara novas alianças com a direita: o PS não é alternativa

O CC chama uma vez mais a atenção para a disposição que claramente se observa na direcção do PS para responder favoravelmente a estas solicitações da reacção e para continuar as suas alianças com a direita e assim, uma vez mais, no preciso momento da completa derrota dos partidos reacçãoários, lhes estender uma boia de salvação.

Os acordos do PS com a «AD» nas autarquias após as eleições de 12 de Dezembro para discriminar e afastar arbitrariamente os eleitos da APU (mesmo quando a APU tem a maioria relativa ou é a segunda força pela votação) confirmam a política de aliança com a «AD» prosseguida pela direcção do PS.

É pura demagogia a propaganda renovada dos dirigentes do PS de que o PS poderá ter maioria absoluta e constituir um governo do PS sozinho.

Essa demagogia visa justificar após as eleições uma aliança ou coligação governamental com o PSD, alargada ou não ao CDS.

O CC considera particularmente esclarecedoras as afirmações de dirigentes do PS, que, desmentindo que o PS faça aliança com o PSD antes das eleições, admitem que a venha a concluir após as eleições.

O CC adverte do significado duplice e enganador da atitude do PS. Afirmando combater a «AD», o CDS e o PSD, o PS procura ganhar votos dos trabalhadores e da esquerda para, alcançados esses votos, concretizar uma aliança e coligação com o PSD ou mesmo com PSD e o CDS. Este é o verdadeiro conteúdo das fórmulas do «consenso alargado conveniente» de que falam já.

O CC sublinha que para resolver os problemas nacionais não é só necessária uma mudança formal dos partidos ou coligações que estão no Poder mas uma profunda mudança de política.

Uma coligação do PS com o PSD ou com o PSD e o CDS não significaria uma viragem mas a continuação duma política que conduziu o povo à miséria, a economia ao desastre, a soberania nacional a maiores dependências, o regime democrático perigos iminentes para a sua própria existência.

Para que nas próximas eleições o voto contribua com eficácia para afastar a «AD» do Governo depois das eleições e abrir o caminho à política necessária para a saída da crise e o reforço da democracia, não basta que seja um voto contra a «AD». É necessário que seja um voto nas forças democráticas mais consequentes, concretamente no PCP e seus aliados.

9

Dois objectivos essenciais: derrotar a «AD» reforçar o PCP

O CC debruçou-se atentamente sobre o significado e a importância das próximas eleições legislativas para o futuro do povo, do País, do regime democrático.

Sem prejuízo de ulterior aprofundamento da orientação do PCP para as eleições, o CC define desde já como objectivos essenciais a alcançar:

- pôr fim à maioria da «AD» (PSD e CDS) na Assembleia da República;
- reforçar consideravelmente a representação parlamentar do PCP e seus aliados de forma a pos-

sibilitar e a determinar a formação de um governo capaz de resolver os problemas nacionais.

Para viabilizar uma alternativa democrática, tão decisivo como votar contra a «AD» e os partidos que a compõem (PSD e CDS), será votar no PCP e seus aliados.

10

Reforço do PCP na AR condição indispensável para uma alternativa democrática

Numa situação como a actual em que a «AD» está inextricavelmente condenada a ficar em minoria na Assembleia da República, o chamado «voto útil» no PS não tem qualquer fundamento.

O essencial para que a uma «AD» (PSD e CDS) em minoria se contraponha uma maioria democrática, o único caminho que pode impedir que se concretize a aliança do PS com a direita após as eleições, é o reforço considerável do PCP.

Os partidos da «AD» e o PS já mostraram, ao longo de vários anos de governo, separados e juntos, que não só não têm uma política conforme com a realidade portuguesa e capaz de superar a crise, como propõem uma política que agravou, agrava e continuará a agravar inevitavelmente as condições de vida do povo e todos os grandes problemas nacionais.

É o PCP que tem apresentado e apresenta uma política coerente e as medidas capazes de solucionar os problemas nacionais e assegurar a saída da crise, o desenvolvimento económico e o melhoramento do bem-estar material e cultural do povo português.

É uma realidade objectiva que a solução dos problemas do povo e do País exige a participação e o empenhamento do PCP, dos trabalhadores, do povo português em todos os aspectos fundamentais da vida nacional, assim como nas autarquias, na Assembleia da República, no Governo.

O CC salienta que a teorização e propaganda que as forças reacçãoárias, o grande patronato e o PS estão fazendo da «concertação nacional», do «consenso», do «pacto social» como podendo ser o caminho para uma política nacional, visam fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise, entravar a luta de massas, criar ilusões e ganhar votos para, sob fachada diferente, continuarem a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

O CC salienta a necessidade de continuar incansavelmente a luta da classe operária e das massas populares em defesa dos seus interesses vitais imediatos, saúde os trabalhadores em luta e chama ao mesmo tempo a atenção para a escolha correcta de formas de luta tendo em conta a situação política considerada globalmente.

Reforçar as posições do PCP na Assembleia da República constitui uma tarefa central do Partido e dos trabalhadores de cuja realização depende no essencial uma alternativa democrática.

11

Dinamizar o Partido para as eleições

Considerando irreversível o processo que conduzirá à próxima realização de eleições, o CC toma desde já medidas preparatórias adequadas.

O CC decide:

- 1) a realização nas próximas semanas de reuniões de quadros e dos organismos do Partido tendo em vistas o esclarecimento da situação política, das tarefas e das perspectivas;

- 2) propor um encontro com o Secretariado Nacional do MDP/CDE num dos dias próximos com vistas ao exame dos problemas relativos à concorrência dos dois partidos às eleições no quadro da Aliança Povo Unido (APU);

- 3) estabelecer contactos e a eventual realização de encontros com os mais variados sectores democráticos, incluindo democratas independentes;

- 4) a realização no mês de Fevereiro de sessões de esclarecimento e de comícios por iniciativa das organizações regionais, locais e sectoriais;

- 5) a convocação de uma Conferência Nacional do Partido a realizar no dia 5 de Março, com o objectivo de aprofundar e precisar a orientação do Partido para as eleições e para uma alternativa democrática;

- 6) a elaboração e difusão de dois documentos fundamentais a serem aprovados na Conferência Nacional: uma Proclamação e um Programa enunciando a política proposta pelo PCP para a saída da crise e para o desenvolvimento económico.

Sem menosprezar os mais variados aspectos da actividade do Partido, sublinhando a importância do reforço da organização partidária, insistindo na necessidade de alargar e intensificar a luta dos trabalhadores e das massas populares em defesa dos seus interesses vitais, o CC salienta a extraordinária importância das próximas eleições para a Assembleia da República e expressa a profunda confiança em que a reacção será derrotada, o PCP sairá reforçado e se abrirá caminho a uma alternativa democrática.

Os acontecimentos comprovaram inteiramente a apreciação do PCP segundo a qual a democracia é mais forte que a reacção.

Os trabalhadores, o povo português, a democracia portuguesa infligiram nos últimos dois meses à reacção estrondosas derrotas.

Existem as condições essenciais para, num prazo relativamente curto, afastar definitivamente a «AD» do Poder e assegurar a defesa, a consolidação e o prosseguimento do regime democrático e encetar uma nova política capaz de resolver os grandes problemas nacionais na base das conquistas democráticas alcançadas com a Revolução de Abril.

O Comité Central do Partido Comunista Português

PCP

Álvaro Cunhal em Conferência de Imprensa

Com a desculpa dos duodécimos o Governo quer fazer o que não pode

Para divulgar as conclusões da reunião do Comité Central do PCP na passada sexta-feira, realizada com o objectivo de proceder a «uma análise da nova situação criada pela dissolução da Assembleia da República e a próxima realização de eleições antecipadas», teve lugar no CT da Soeiro Pereira Gomes, no sábado, uma conferência de imprensa a que estiveram presentes os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e Aurélio Santos, membro do CC do PCP. Após a exposição das conclusões da reunião do CC do PCP, Álvaro Cunhal responderia a várias perguntas formuladas pelos jornalistas, de que respigamos o seguinte:

P: — Quem indicaria o PCP para primeiro-ministro de um novo Governo de gestão?

R: — Tem-se falado muitas vezes, quando se fala da indignação de um primeiro-ministro, sobre qual o «perfil» que se entende dever ter o primeiro-ministro. Nós com frequência temos respondido que, mais do que o «perfil» do primeiro-ministro, interessa o perfil da política que o Governo se propõe adoptar e realizar.

Neste caso, pensamos que o fundamental é o acordo em que o Governo de gestão se limite às competências que lhe atribui a Constituição, que assegure com eficácia a gestão dos negócios correntes do Estado e crie condições verdadeiramente democráticas para a realização das próximas eleições.

P: — Quais as medidas urgentes para um Governo de gestão e quais as medidas urgentes a que se refere o Presidente da República?

R: — Há que distinguir entre as medidas indispensáveis — efectivamente indispensáveis — para a gestão dos negócios correntes do Estado e as medidas que desde já o Governo Balsemão afirma serem indispensáveis para a gestão dos negócios correntes.

A este respeito quero dizer que tem havido grande especulação acerca da «urgência» de certas medidas que excedem largamente as necessidades da gestão corrente. É o caso, por exemplo, dos duodécimos. A nosso ver, tem-se dramatizado muito em torno dos duodécimos.

Os duodécimos estão calculados: são 54,2 mil-

hões de contos, ou seja, a divisão das despesas do Orçamento Geral do Estado de 1982 pelos 12 meses de 1983. Isto significa que são 54,2 milhões de contos os duodécimos que este ano estão disponíveis.

Entretanto, há que considerar os seguintes factos: primeiro, as despesas do Estado não se desenvolvem regularmente ao longo do ano, os primeiros meses, em geral, estão relativamente aliviados em relação à segunda metade do ano; em segundo lugar, se tomarmos o Orçamento Geral do Estado para 1983 vemos que os duodécimos do Orçamento de 83 — tendo em conta a taxa de realização de 82 que foi de 74% — permitiriam, com os duodécimos de 1982, cobrir as despesas dos primeiros meses de 1983. Quer isto dizer que não há nenhuma disparidade entre as despesas previstas com a mesma taxa de realização de 1982 e os duodécimos já fixados e publicados no «Diário da República» segundo o Orçamento de 1982.

O total — se se quiser uma precisão maior — das despesas previstas para o primeiro semestre de 1983 (na base da taxa de realização de 74%) seriam 285,9 milhões de contos; ora, segundo os duodécimos calculados e fixados — 54 milhões de contos — é fácil multiplicar por seis e concluir que para o primeiro

semestre se terá 324 milhões de contos. Quer dizer que os duodécimos calculados segundo o orçamento de 1982 dariam, em princípio, para a cobertura das despesas normais previsíveis nos primeiros meses de 1983.

Isto para dizer que se tem dramatizado muito em torno dos duodécimos e da necessidade de uma actualização.

Entretanto, é certo (e eu referi a taxa de realização do Orçamento Geral do Estado de 1982) que há que citar o facto de que a taxa de realização não foi igual em todos os ministérios: há ministérios (por exemplo, o do Trabalho, o da Administração Interna) onde a taxa de realização foi superior. Isso significa que, calculados os duodécimos em 54 milhões de contos, poderia haver para esses ministérios, nestes primeiros meses, algumas dificuldades de pagamentos. O que significaria que poderia haver dificuldades, que estamos dispostos a considerar, para assegurar a gestão dos negócios correntes do Estado.

Também há que encerrar — e nós defendemos a actualização dos vencimentos da Função Pública — que uma actualização dos vencimentos a 22% também não poderia ser coberta pelos duodécimos já calculados e fixados.

Finalmente, pode tam-

bém haver problemas de investimento que exijam um aumento das dotações que estão disponíveis na base dos duodécimos.

Por tudo isto, da parte do Partido Comunista há uma disposição positiva para considerarmos medidas a tomar para cobrir essas dificuldades e permitir ao Governo gerir os negócios correntes do Estado.

P: — Como é que o PCP vê a resolução para esses problemas?

R: — Vemos que uma modificação da lei de enquadramento do Orçamento Geral do Estado poderia dar a possibilidade de uma actualização tendo em conta a inflação. Estamos dispostos a encarar medidas nesse sentido: que haja uma actualização dos duodécimos não através de qualquer medida que se pareça com a pretensão de fazer passar total ou parcialmente o Orçamento Geral do Estado na Assembleia, mas sim uma medida legislativa (que a Assembleia pode tomar) alterando a lei do enquadramento do OGE de forma a permitir uma actualização dos duodécimos por uma taxa a calcular segundo a inflação.

Estamos dispostos a estudar e a examinar uma tal possibilidade. Agora o que não estamos dispostos é a aceitar que, através da pretensão de ter disponibilidades de tesouraria nos vários ministérios para acorrer



às despesas correntes da gestão, se pretenda reintroduzir na Assembleia um Orçamento Geral do Estado que não apenas comprometa a gestão dos negócios correntes do Estado como o futuro da administração pública e uma política governativa. E é precisamente isso que pretende o Governo atual: através da problemática dos duodécimos e dos empréstimos externos, procura desde já obter da Assembleia a possibilidade de legislar e decidir em matéria que excede de longe as competências que lhe atribui a Constituição uma vez que está de-

mitido e é um Governo de gestão.

E ainda a mesma coisa no que se refere aos empréstimos. Há especialistas entre os senhores jornalistas em questões económicas, mas gostaríamos de alertar para uma certa dramatização que se faz quanto às obrigações imediatas de pagamento. Uma coisa é o endividamento monstruoso do nosso País (ou seja, os 13 mil milhões de dólares que devemos, que correspondem ao pagamento de 1300 milhões de dólares de juros, um endividamento monstruoso que compromete não apenas o

nosso presente, mas o nosso futuro); outra coisa são as necessidades imediatas de pagamento, ou seja, os vencimentos previsíveis nos próximos meses.

Como sabem, a este respeito não há dados oficiais públicos, o Governo guarda ciosamente tais elementos e, para ajuzarmos do que poderiam ser autorizações legislativas para a contratação de empréstimos externos, naturalmente necessitaríamos de saber o montante, a quem, como e em que condições tudo se passa e só nessas condições nos poderíamos pronunciar.

Assembleia da República

Para além do desemprego um outro flagelo atinge os operários portugueses — o não pagamento de salários

Recentemente, o deputado comunista Artur Rodrigues proferiu na Assembleia da República uma declaração política em que focou a situação dramática dos milhares e milhares de trabalhadores portugueses que não recebem salário.

Na altura e em virtude da limitação de espaço a que um jornal naturalmente está sujeito a declaração ficou retida aguardando melhor oportunidade. O ideal seria que não viesse a ser publicada face à alteração profunda da situação. Mas não é o que se verifica, infelizmente, e o caso dos trabalhadores da CIFA — um caso apenas das dezenas que se registam por esse país — tornou ainda mais actual esta declaração política que transcrevemos nas partes mais significativas:

A situação que hoje vivem dezenas de milhares de trabalhadores, sem receberem salários ou com os salários e subsídios em atraso, atinge tais

proporções que se deve considerar um novo e dramático flagelo social.

Já não bastava a existência de centenas de milhares de

trabalhadores contratados a prazo, a conhecerem a instabilidade, a insegurança e de uma forma geral o caminho do desemprego.

Já não bastava o constante crescimento do exército de 400 mil desempregados, onde avultava particularmente a situação das mulheres e dos jovens à procura do primeiro emprego.

Não bastava aumento da repressão patronal sobre os trabalhadores em geral e particularmente sobre os dirigentes e delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores.

Não bastavam os brutais aumentos dos preços, os aumentos dos transportes, a imposi-

ção de taxas de saúde, as dificuldades com a habitação, a degradação do ensino.

Não bastava tudo isso para tornar cada vez mais difícil a vida dos trabalhadores portugueses.

Hoje, no limiar de 1983, no passado mês de Dezembro em que se vivem as festas do Natal, milhares e milhares de trabalhadores não receberam o salário do mês e muitos mais não receberam o subsídio de Natal a que têm direito.

Mais de 50.000 sem salários

Vejam os quatro impressionantes que se vive e alastra por todo o país e por todos os sectores.

De acordo com os elementos recolhidos pelas Organizações Representativas dos Trabalhadores e relativos a meses de Outubro e Novembro, 51 328 trabalhadores de 102 empresas não receberam salários nos prazos legais.

Estes trabalhadores distribuíam-se pelos mais variados sectores da actividade. Salientando os números mais significativos: indústria vidreira — 2299 trabalhadores em 8 empresas; cerâmica — 2060 em 10 empresas; têxtil — 4747 em 12 empresas; metalurgia — 36 012 em 50 empresas (dos quais 15 766 pertencem ao sector da indústria naval).

Estes números estão mani-

festamente abaixo da realidade.

Mais: agravaram-se substancialmente durante o mês de Dezembro, quer no que respeita ao salário, quer no que respeita ao subsídio de Natal.

A ameaça generaliza-se

As empresas a que se referem os números descritos vão desde empresas públicas, como a Gelmar, a Companhia Portuguesa de Pescas, a Setenave e a Fábrica Escola Irmãos Stephens; vão desde empresas com centenas e por vezes milhares de trabalhado-

res, como a Lisnave, a Messa, a Sociedade Industrial de Produtos Eléctricos — SIPE, a CIFA, a IMA, a Intento, Têxtil do Caneiro, a Monpor, Fábrica de Malhas Ameal, empresa Vidreira da Fontela, a Audio-Magnética e muitas outras, até uma autêntica multidão de pequenas e médias empresas e de certos casos verdadeiramente aberrantes, que revelam que o mal alastra por todos os sectores e por todo o País.

Zonas há, como a Marinha Grande, Alcobaça, Covilhã e outros centros industriais, localizados em vilas, ou aldeias, onde impera o mono-indústria e onde as consequências da prática do não-pagamento de salários provocam situações de instabilidade e desespero na generalidade da população.

Até serviços de saúde, como é o caso exemplar da Clínica das Amoreiras e empresas da área de cultura, como a Bertrand, estão também ameaçadas.

Nem as empresas privadas escapam

As dramáticas situações descritas podem ver-se em diferentes planos, mas o facto é que todas elas confluem e resultam da desastrosa política da «AD», nos diferentes objectivos que prosseguem.

No sector público nacionalizado e participado, a «AD» seguiu a estratégia friamente concebida do estrangulamento das empresas, através do bloqueamento de planos de viabilização, recusa do saneamento económico-financeiro, corte de créditos e de investimentos. Através dos seus homens de mão colocados à frente das administrações foi adiando decisões, foi aplicando uma gestão incompetente ou conscientemente desastrosa nas empresas, tentando criar situações de facto consumado que dariam o argumento hipocrita de que havia a inevitabilidade de encerrar, espalhar e destruir essas empresas e não pagar os salários face aos prejuízos existentes.

No sector privado, além dos casos de incompetência e má administração do patronato, além dos casos de incumprimento deliberado dos pagamentos devidos, não se pode omitir que a política dos Governos «AD» tem causado o crescente estrangulamento e mesmo a falência de muitas pequenas e médias empresas, através nomeadamente do corte

de crédito, da elevação das taxas de juro, do aumento das rendas comerciais, do protecçãoismo à grande indústria e do grande comércio.

Situação previsível com a «AD» a governar

A situação que hoje se vive era completamente previsível, apesar das tentativas da «AD» para a esconder. Recordemos por exemplo o que se passou durante a apresentação do VIII Governo, III da «AD»: o primeiro-ministro demitido, Pinto Balsemão, afirmava nesta Tribuna que «o Governo considera ser tarefa inadiável a cumprir a definição e execução continuada de uma política global de emprego que (...) contribua para garantir aos trabalhadores a estabilidade e a segurança no desempenho da sua função». Sem pôr nem tirar: o senhor ex-primeiro-ministro prometia em nome da «AD» estabilidade e segurança no emprego. É o que se vê! Hoje, o que campeia é precisamente o contrário: é a instabilidade, a insegurança e a mais descarada violação da legalidade por parte de largos sectores do patronato com a connivência e o exemplo dos próprios membros do Governo «AD».

(...) Os trabalhadores não aceitaram nem aceitarão esta situação com fatalismo. Assim como lutaram contra a imposição de um tecto salarial, assim como derrotaram os planos da revisão reaccionária da legislação laboral, assim também nas empresas e nos sectores lutam e lutarão pela defesa dos seus direitos, pela garantia de emprego, pela garantia dos salários.

Exemplo dessas lutas é a que vem sendo desenvolvida pelo sector da indústria naval, na Lisnave, na Setenave, na Parry & Son, luta que combina a exigência da garantia das remunerações com a vontade claramente expressa de serem criadas condições para que o seu trabalho criador contribua para a riqueza do país.

As dramáticas situações que descrevemos exigem um conjunto de medidas de emergência, capazes de conduzir ao cumprimento da lei, à garantia aos trabalhadores do seu direito ao salário e ao emprego, à defesa dos direitos dos trabalhadores, ao apoio às pequenas e médias empresas, à defesa e dinamização do sector público e nacionalizado.

Na CIFA A administração dos Mellos não geriu... digeriu

Em recente sessão da Assembleia da República a deputada comunista Ilda Figueiredo levantou a gravidade da situação em que se encontra o sector têxtil, situação que afecta já as grandes empresas, onde existe a ameaça de despedimentos, o 13.º mês não foi pago e nalguns casos os trabalhadores estão há um ou dois meses sem receberem salários.

Referenciando alguns casos mais gritantes focou em particular o que se passa na CIFA, onde recentemente a repressão governamental provocou mais uma vítima e vários feridos. Sobre este trágico acontecimento refere-se o «Avante!» noutro local.

Entretanto, por proposta do deputado comunista José Manuel Mendes, o plenário, sem excepção, respeitou um minuto de silêncio pela morte de um trabalhador ocorrida em Valongo durante a repressão dos operários da CIFA.

Mas referindo-se concretamente a esta empresa diria Ilda Figueiredo que «a fome deixou de ser uma palavra distante, para se tornar a realidade de hoje».

E prosseguiu: «De facto, cerca de 1700 trabalhadores da CIFA, a maior empresa do concelho de Valongo, estão sem receber os salários de três meses. E apesar de toda a luta que tem desenvolvido contra o encerramento da empresa e pela sua recuperação financeira e reestruturação técnica, a verdade é que a actual administração dos Mellos tem demonstrado o

maior desprezo pelos direitos mais elementares dos trabalhadores.

Os Mellos a destruir

O que ali se tem passado — prosseguiu Ilda Figueiredo — é um autêntico escândalo. Sendo uma das maiores empresas de fibras artificiais e sintéticas para a indústria têxtil, a CIFA chegou a estar interveniçnada depois do 25 de Abril para em finais de 1979 e inícios de 1980, com o apoio do Conselho de Gestão do BPA, ser entregue à administração do chamado grupo dos Mellos.

Nas gavetas ficaram projectos de reestruturação da fábrica e desde então foi o agravamento da repressão, das arbitrariedades e ilegalidades e a gestão ruinosa de centenas de milhares de contos que o Governo lhes foi entregando.

É assim que cerca de 350 trabalhadores estão com processos disciplinares, mais de 600 foram obrigados a alterar o horário de trabalho, enquanto os salários deixaram de ser pagos desde Outubro do ano passado.

Mas não satisfeitos com isto, na semana passada, enquanto os trabalhadores se reuniam em plenário nas instalações da fábrica, a administração chamou um contingente da GNR que, com mais de 30 carros e cerca de 200 elementos armados de metralhadoras, bastões e viseiras ocuparam as estradas e rodearam a fábrica numa enorme provocação aos trabalhadores e às populações do concelho de Valongo em luta contra a fome e a miséria que já se vive em centenas de famílias.

Que foi feito para a solução?

Na altura a deputada Ilda Figueiredo renovou o requerimento ao Governo feito anteriormente e no qual se perguntava:

- 1 — Quais as medidas que foram tomadas pela Secretaria de Estado do Emprego com o objectivo de garantir o emprego, os salários e outros direitos sociais dos trabalhadores da CIFA?
- 2 — Que medidas foram tomadas pelos Ministérios da Indústria e das Finanças e do Plano para garantir a laboração normal da CIFA e uma gestão eficiente?
- 3 — Quais as razões da intervenção das forças da GNR num conflito laboral resultante do

não pagamento de 3 meses de salários a cerca de 1700 trabalhadores e quem ordenou a sua intervenção?

Por último e referindo-se em geral à crise do sector têxtil, a deputada Ilda Figueiredo afirmou:

Se dúvidas houvesse, está provado que os graves problemas que atingem duramente milhares de trabalhadores do sector têxtil não se

resolvem nem com a repressão nem com a entrega da gestão das empresas aos antigos monopolistas, nem com a aplicação do chamado plano Werner ou a proposta-lei-quadro para o sector têxtil.

A reestruturação que se impõe só pode ser implementada no quadro de um plano nacional de médio prazo que não existe no país, que tenha em conta os pro-

blemas regionais e sectoriais e a defesa dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o emprego e os salários. Esperemos que em breve, com a «AD» fora da área do poder, seja finalmente possível levar por diante uma reestruturação do sector têxtil que respeite os direitos dos trabalhadores e os interesses da economia e do país.

(Sobre os acontecimentos em Valongo, ler pág. 7)

Afinal as medidas urgentes não o são para o Governo

Mais de uma semana depois do Presidente da República ter anunciado a intenção de dissolver a Assembleia da República e realizar eleições antecipadas, o Governo «AD» ainda não apresentou as medidas urgentes que o Parlamento deveria aprovar antes de terminar as suas funções, conforme ficou assente na declaração do general Ramalho Eanes.

Deste modo, a sessão de terça-feira passada caracterizou-se por um despacho de assuntos correntes sem importância de maior tendo em conta a situação que o País atravessa.

Aliás, o desinteresse reina já nas bancadas da maioria. O silêncio do CDS é acompanhado por uma ausência dos deputados desta bancada. Também nas fileiras do PSD já nem o deputado Silva Marques tem «avidez» em usar da palavra e revelar os seus dotes oratórios.

Chegou-se mesmo ao ponto de na votação da ratificação pedida pelo PCP ao Decreto-Lei 204/82, a referida ratificação ter sido rejeitada por 57 votos da oposição contra 40 da maioria... e só então o Presidente da AR, na altura Tito Morais, ter verificado que não havia «quorum» para que a votação se efectuasse.

Breve intervalo para os deputados regressarem ao hemicycle e a ratificação foi aprovada com a chegada maciça dos deputados da maioria que andavam pelos corredores, ou descansavam no bar.

Da Ordem do Dia foi aprovado por unanimidade um projecto-lei da ASDI sobre publicação, identificação e formulário dos diplomatas. Em contrapartida ficou adiada a votação final global do projecto-lei sobre controlo público da riqueza dos titulares políticos. O último ponto, ratificação pedida pelo PS

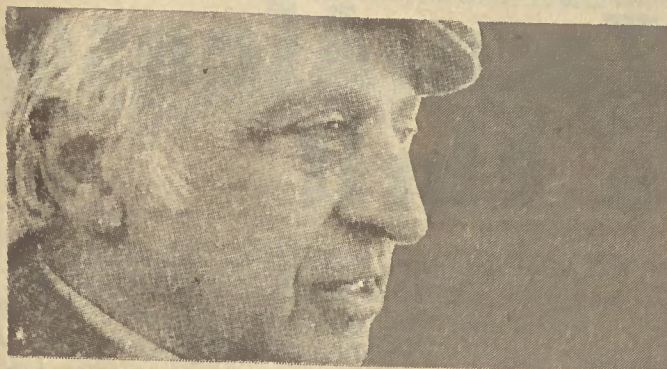
ao Decreto-Lei 435/82, que estabelece normas sobre a classificação dos aldeamentos turísticos, teve a aprovação da maioria «AD».

Mas se no homicídio o ambiente era morno, desinteressante mesmo, já o mesmo não sucedia nos corredores, onde fervilhavam os boatos e se troçava nos «tête-à-tête».

Muitos deputados da «AD» vêm com apreensão o seu futuro. Nada lhes garante que na próxima legislatura regressem a S. Bento. Drama para quem, vindo dos círculos eleitorais da província, ao fim destes três anos já tinha a sua vida formada na capital e só aos fins-de-semana regressava à terra natal.

Assim ia a Assembleia da República na terça-feira passada e que, segundo se pensa, poucos mais dias terá de funcionamento na actual legislação.

PCP



Homenagem a Joaquim Namorado

Poeta, figura destacada da cultura portuguesa, resistente antifascista — chama-se **Joaquim Namorado**, alentejano, residente há muitos anos na Figueira da Foz, terra que agora lhe prestou viva homenagem, através duma iniciativa do semanário figueirense «Barca Nova» e que decorreu no último fim-de-semana com a realização dum sarau artístico, inauguração duma exposição, almoço-conívio, colóquios e outras actividades.

«A arte, o talento e o génio não se agradecem, recebem-se como uma graça. Todos recebemos estas graças dos artistas que aqui vieram. Ao artista não cabem benesses, cabe-lhe a compreensão, a crítica justa, o aplauso» — diria Joaquim Namorado, na sessão cultural realizada no Grande Casino, ao referir-se à participação dos muitos artistas que participaram na iniciativa em sua honra.

Entretanto, no almoço que decorreu num armazém do porto da Figueira, com a participação de centenas de amigos de Joaquim Namorado, — agraciado com a Ordem da Liberdade pelo Presidente da República — usaram da palavra Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP; José Martins, director do «Barca Nova», semanário que agora completa cinco anos de vida; Deniz Jacinto, Mário Dionísio e Orlando de Carvalho. Entre os participantes, várias figuras da cultura portuguesa, militares de Abril, artistas e democratas.

Falando em nome do Comité Central do PCP, o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, proferiu as seguintes palavras:

«Associo-me de todo o coração à iniciativa do «Barca Nova», de prestar homenagem ao militante e combatente antifascista, Joaquim Namorado, que é ao mesmo tempo um activo e prestigiado trabalhador intelectual.

«O PCP orgulha-se de contar nas suas fileiras desde há muitos anos, desde os negros anos de ditadura fascista, este prestigioso camarada agora justamente homenageado.

«É-nos grato verificar que entre os muitos amigos de Joaquim Namorado que nos deram a honra de estar presentes, se contam algumas das mais prestigiosas figuras da Revolução do 25 de Abril, que culminou vitoriosamente uma longa e heróica luta à qual Joaquim Namorado ficou para sempre ligado.

«Daí que esta homenagem seja também e necessariamente uma homenagem ao 25 de Abril e aos seus obreiros.

«Permiti que nas prestigiosas figuras já hoje com dimensão histórica do marechal Costa Gomes e do general Vasco Gonçalves, aqui presentes, sintetize o obrigado de todos nós aos obreiros da Revolução de Abril. Estou certo que este obrigado é também o de Joaquim Namorado que nada melhor poderia desejar na sua vida que viver este momento alto da nossa liberdade.

«25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!»

Hoje, no Rossio Sessão para bancários

Hoje, a partir das 17 e 30, realiza-se no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio, no Rossio, um debate sobre a situação política para trabalhadores bancários de Lisboa, estando prevista a análise e discussão das conclusões da última reunião do Comité Central.

Estará presente um camarada da direcção do Partido.

Paço d'Arcos • Plenário no sábado

Medidas a tomar para este ano e debate da situação política — estes os principais temas em agenda para o plenário de militantes de Paço d'Arcos que decorrerá no próximo sábado, dia 5, no Centro de Trabalho de Oeiras.

O plenário está marcado para as 15 horas. Participará o camarada Alexandre Teixeira.

Quimigal/Lisboa Plenário em Alcântara

No Centro de Trabalho de Alcântara do PCP realiza-se amanhã, no âmbito das actividades da 2.ª zona do Comité Local de Lisboa, um plenário para os trabalhadores comunistas da Quimigal/Lisboa, com início às 18 e 30. Em debate estarão temas da organização e situação política.

Participará o camarada Carlos Pereira, membro do Comité Central.

Amanhã Reunião em Matosinhos

Realiza-se amanhã às 21 e 30, no Centro de Trabalho de Matosinhos, uma reunião geral de militantes desta freguesia para análise da situação política e das tarefas daí decorrentes. Estará na reunião o camarada Vidal Pinto, do Comité Central do PCP.

Discurso de Octávio Pato na Amadora Governo de gestão isento que assegure eleições democráticas

— uma necessidade, uma urgência!

Intervindo na sessão de esclarecimento do Partido realizada na Sociedade Filarmónica da Amadora, no passado dia 27, o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, afirmou a dado passo:

A demissão do Governo da «AD», a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas representam uma grande vitória do movimento operário e do Portugal de Abril, representam uma estrondosa derrota para toda a reacção, uma derrota que para a «AD» é irreparável e que a levará à sua completa destruição. A «AD» já não é e somente uma manta de retalhos ou um saco de gatos. Agora, está na fase da agonia, é quase um cadáver que só falta enterrar.

Sequência lógica de um processo de degradação económica, política e social levado a cabo pela «AD», a dissolução da Assembleia da República aparece como o corolário da luta tenaz do povo português pelo afastamento da «AD» do Poder.

Reclamação inicialmente circunscrita ao PCP e ao movimento operário, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas transformaram-se já numa exigência nacional.

Dentro da própria «AD» essa necessidade se fazia sentir. A coesão que a «AD» pretendia aparentar, não resistia aos embates de uma crise a estorpiar por todos os lados e cuja responsabilidade nenhum dos partidos da «AD» queria assumir.

A luta dos trabalhadores portugueses em defesa do Portugal de Abril fez agravar contradições e activar choques de interesses entre os vários grupos e clientelas dos partidos da «AD».

A estrondosa derrota sofrida pela coligação reaccionária nas eleições de 12 de Dezembro foi o abanão que finalmente fez ruir esse decrepito imóvel, de há muito exigindo demolição, que é a «AD».

E foi então ver quem ainda safava haveres! Foi vê-los, a assacar responsabilidades uns aos outros! Foi vê-los depois a desertar, com quem abandonou um barco prestes a afundar-se!

Pinto Balsemão, recusando aceitar o papel de bode espiatório que os seus parceiros de coligação, e mesmo dentro do seu próprio partido, lhe queriam atribuir pelo desastre eleitoral sofrido pela «AD», não hesita em abrir novas crises e apresenta o seu pedido de demissão de 1.º-Ministro, pela segunda vez o fazendo.

Freitas do Amaral ao constatar que a gripe que diagnosticara à «AD» se transformara em pneumonia incontrolável, decide fingir que larga as lides políticas e que se vai dedicar a outros ramos de actividade.

Nos dias que se seguiram, as acusações entre os parceiros da «AD» choviam, os ditos e os desmentidos entre os dirigentes do mesmo partido sucediam-se, as contradições eram constantes. Por fim a farsa de uma cimeira a querer pôr um véu sobre tudo isso!

Espectáculo deprimente e degradante o que a «AD» e os seus dirigentes deram ao País, espectáculo só por si suficiente para retirar credibilidade à «AD» e a qualquer governo por ela apresentado.

Muito teria beneficiado a economia portuguesa, muitos sofrimentos teriam sido poupados ao povo português se a «AD» tivesse sido afastada do Poder, quando do primeiro pedido de demissão de Pinto Balsemão, em Agosto de 1981, tal como o nosso Partido vinha reclamando.

Só que então, se estais lembrados, o PS entendia que a «AD» devia governar até 84.

Em 2.8.81, por exemplo, dizia Mário Soares: «Se este governo cair terá de se encontrar outro no seio da «AD» (...) pois eleições antecipadas só se justificariam num caso extremo mas estamos longe dessa hipótese visto que existe uma maioria com legitimidade para governar».

E um mês e meio mais tarde, em 17.9.81, repelia: «Acho que o governo «AD» é impopular, conservador e certamente que não vai resolver os problemas nacionais. Mas, na verdade, o povo português deu-lhe a maioria e enquanto ela existir, tem legitimidade para governar (...).

Foi preciso a crise e cisão instalarem-se no seio dos seus militantes, foi preciso aproximarem-se eleições e ver o descredito crescer no seu eleitorado, para o PS passar a reclamar a dissolução da Assembleia da República.

A dissolução da Assembleia da República aparece pois como a única saída democrática para a crise, afinal uma saída esperada até por alguns daqueles que aparentemente defendiam um governo Vítor Crespo.

Aliás, a solução Vítor Crespo nunca poderia ser uma solução séria.

Figura contestada a todos os níveis e por todos os quadrantes políticos, a sua indignação para Primeiro-Ministro só se compreende pela total incapacidade e estado de desagregação a que a «AD» chegou.

Agora, perante a inevitabilidade de eleições antecipadas a «AD» passou naturalmente a definir objectivos imediatos: manter-se no Poder até à sua realização; fazer novamente dos ataques ao Presidente da República a bandeira de união das hostes reaccionárias.

Assim, por um lado, acenam com o espantinho da inexistência de um OGE, cuja responsabilidade inteiramente lhes cabe, para tanto contando com o apoio de um PS sempre jogando no oportunismo.

Por outro lado, agarrando na dissolução da Assembleia da República decidida pelo Presidente da República passaram a responsabilizá-lo pela crise de que eles e só eles mais uma vez são responsáveis.

Só que a responsabilidade que o Presidente da República acertadamente assumiu, de convocar eleições antecipadas, corresponde à vontade generalizada do povo português.

Necessário e urgente se torna, porém, que este governo seja rapidamente substituído por um outro governo de gestão, isento, que assegure a realização de eleições em condições democráticas.

Prova desta necessidade são as manobras dilatórias do

demitido governo Balsemão que, dizendo não querer governar, mais e mais se agarra ao Poder, levantando problemas e questões que outro fim não visam que o retardamento da dissolução da Assembleia da República e, como consequência disso, o adiamento das eleições, de forma a ganharem tempo para novas medidas lesivas dos interesses do povo português e de Portugal.

Com a «AD» no governo continuaria a manipulação e monopolização dos órgãos de comunicação social estatalizada, nomeadamente a RTP e RDP, comprometendo obviamente a democraticidade do processo eleitoral.

Como pois se compreende que o PS, a coberto de uma fraseologia que nada tem a ver com o «interesse nacional», advogue a continuação do governo «AD» até às eleições?

Será que o PS não vê estes perigos, ou será que o PS nunca quis de facto o afastamento da «AD» do governo?

Quando o PS fala em «interesses nacionais» não será em «interesses partidários» ou «pessoais» que está a pensar?

Defender os «interesses nacionais» é assegurar o afastamento definitivo da «AD» do Poder, é assegurar a realização de eleições antecipadas com um governo que respeite integralmente a Constituição, a legalidade democrática, os limites das suas competências e o efectivo pluralismo na comunicação social, designadamente na RTP e RDP (...).

O PS afirma recusar-se a fazer parte de qualquer governo antes da realização de novas eleições. Na aparência, esta posição poderá ser muito democrática. Mas a par dessa posição, a direcção do PS opõe-se à formação de um governo isento e defende que o governo «AD» continue em funções e que seja com Balsemão, Freitas do Amaral ou Basílio Horta, com Ângelo Correia e Alfai no Governo que se realizem as eleições para a Assembleia da República. Esta posição não é apenas mais uma demonstração das conhecidas ambiguidades do PS mas um novo acto de convergência e cooperação com as forças da direita.

Estas posições da direcção do PS em nada contribuem para o completo enterramento da «AD» mas são como que uma bala de salvação do Governo da «AD» e da sua nefasta política contra os interesses dos trabalhadores e das mais amplas camadas do povo.

A cooperação que existiu entre o PS e a «AD» nas eleições autárquicas de Dezembro, prossegue agora na constituição dos executivos de muitas Juntas de Freguesia ou Câmaras Municipais. Em muitos lados, designadamente em Sintra, Oeiras, Lisboa, o PS fez acordos ou alianças com a «AD», com o PSD ou o CDS, em detrimento da APU, subvertendo escandalosamente o resultado das eleições. Casos houve em que a APU, apesar de ter sido a força mais votada, foi quase completamente afastada dos órgãos executivos. (...)

Castelo Branco

Alerta a Distrital do PCP: Indústria, agricultura e comércio vivem uma crise sem precedentes

Num documento em que se refere à dissolução da Assembleia da República e à realização de próximas eleições antecipadas, salientando a propósito a necessidade dum governo de gestão isento que garanta eleições em moldes democráticos, a Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP dá uma breve panorâmica da situação que se vive naquele distrito e que se caracteriza pela existência de graves problemas no sector económico.

«A indústria, a agricultura e o comércio», refere a Comissão Distrital do Partido, «vivem uma crise sem precedentes e de consequências imprevisíveis para os trabalhadores» e também «para os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes».

Noutra passagem do seu comunicado de 25 de Janeiro último, a organização do PCP sublinha:

«Nos têxteis, principal indústria da região, 3500 trabalhadores (mais de 40% do total) não receberam, pontualmente, os salários de Dezembro, 2000 trabalhadores não receberam o 13.º mês, atingindo no momento presente o montante

aproximado de 100 mil contos os salários e subsídios devidos aos trabalhadores.

«A AD tem vindo, progressiva e subrepticiamente, a pôr em prática o plano Werner, para incentivar a concentração monopolista da indústria têxtil, o que provocará o desemprego de cerca de 4000 trabalhadores e a falência de largas dezenas de empresas.

«Os trabalhadores da Dramin (draga) enfrentam a ameaça de despedimento colectivo imediato.

«A diminuição da actividade na construção civil e nas obras públicas arrasta para o desemprego muitas centenas de trabalhadores.

«A Beralt Tin (Panasqueira), aproveitando-se da crise generalizada, faz chantagem sobre os cerca de 1500 trabalhadores, ameaçando-os com o encerramento da mina.

«Na agricultura, apesar do ano de boa produção, agravam-se as condições de vida dos agricultores, em consequência do aumento constante dos factores de produção (gasóleo, adubos, pesticidas, e sementes), da falta de escoamento e da falta de garan-

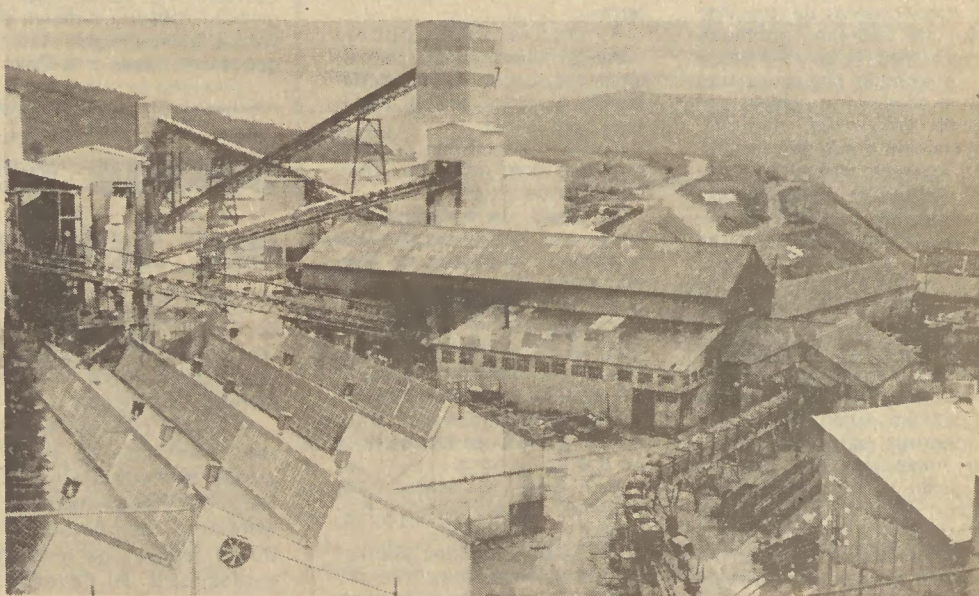
tia de preços dos produtos agrícolas».

Conclui a Distrital de Castelo Branco do PCP:

«Os comerciantes vêem as suas mercadorias acumularem-se nas prateleiras, pela baixa dos salários reais dos principais compradores (os trabalhadores) e pelo aumento do desemprego e sentem dificuldades em repor «stocks» em virtude da inflação galopante.

«Os pequenos e médios empresários (comerciantes e industriais) vão ter dias mais negros, face à aprovação na Assembleia da República, apesar do voto contra do PCP, do decreto que permite o aumento desmedido das rendas dos seus estabelecimentos.

«A generalidade dos pensionistas e reformados sofre, muito particularmente, as consequências desastrosas da política do PSD e do CDS. As suas pensões e reformas aproximam-se dos níveis mínimos de subsistência. Com a política de recuperação capitalista da «AD» e seus aliados, a inflação torna-se a boca mais faminta na mesa dos pensionistas e reformados».



«A Beralt Tin (Panasqueira), aproveitando-se da crise generalizada, faz chantagem sobre os cerca de 1500 trabalhadores, ameaçando-os com o encerramento da mina» — refere a Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP (na foto, uma panorâmica do complexo exterior das Minas da Panasqueira)

JCP «Chegou o momento...»

O Executivo da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) tomou posição face à decisão tomada pelo Presidente da República de dissolver a AR, «enorme vitória da democracia». Depois de referir que a juventude saudou a decisão tomada pelo PR, «resultado de três anos de luta» da massa juvenil «ao lado do movimento operário e popular e das forças democráticas, contra a política reaccionária e antijuvemil da AD», os jovens comunistas salientam a dado passo da sua nota:

«A «AD» está morta e deve deslindar o caminho à democracia. Para que as eleições se realizem em condições de dignidade e liberdade é necessário afastar este Governo e substituí-lo por um governo de gestão isento que ponha fim aos abusos por parte da «AD», nomeadamente nos grandes órgãos de comunicação social e no Ministério da Administração Interna. Um governo de gestão de ser isento e limitado na sua acção aos negócios correntes do Estado.

«A resolução dos grandes problemas juvenis só é possível com a saída da crise em que a «AD» mergulhou Portugal. O desemprego, a crise do ensino, a crise da habitação, as limitações no acesso à cultura e à prática desportiva são o resultado e a expressão desta crise.

«Com a devolução da palavra ao povo em eleições gerais está aberto o caminho para uma viragem a favor dos trabalhadores e da juventude.

«Chegou o momento de exigir e conquistar oportunidades e direitos para os jovens.

«Chegou o momento de exigir e conquistar uma maioria, um Governo e uma política democrática».

Reuniões nos Açores

A análise e debate de questões que se colocam presentemente no âmbito da situação política nacional e regional e a definição de orientações para a luta política dos comunistas na Região Autónoma dos Açores têm motivado a realização de reuniões de quadros do PCP em várias ilhas, com a participação do responsável da DORAA, camarada José Decq Mota.

A SIP da DORAA destacava em nota recentemente divulgada aos órgãos de Comunicação Social as reuniões que se efectuaram na ilha Terceira, na ilha do Faial, na ilha de S. Miguel e no concelho da Madalena do Pico. «Proximamente realizar-se-ão reuniões de quadros semelhantes em S. Roque do Pico e nas Flores», salientava a SIP/DORAA.

«Os organismos executivos da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP estão já, na presente data, a desencadear as acções de preparação eleitoral necessárias, tendo em vista uma activa e empenhada participação da organização regional do PCP na próxima campanha eleitoral para a Assembleia da República», refere ainda a DORAA.

Militantes da Amadora

Decorrerá no próximo sábado, dia 5, a partir das 15 horas, nas instalações da Filarmónica da Amadora, uma reunião de militantes das células de empresa do concelho da Amadora. A reunião, que tem por fim um debate sobre o reforço do Partido na actual situação política e social, contará com a presença do camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Reunião plenária da DORP

Vai realizar-se no próximo sábado, dia 5, no Centro de Trabalho da Boavista, a 1.ª reunião plenária de 1983 da Direcção da Organização Regional do Porto do Partido Comunista Português.

Na reunião, com início às 10 horas, estará em análise a actual situação política e social.

Carnaval na Parede

Integrada na campanha de fundos pró-novo Centro de Trabalho do PCP, na Parede, realiza-se no próximo dia 12 uma festa de Carnaval onde não faltará, garantem os camaradas, a alegria, a música e a amizade.

O convívio decorrerá a partir das 21 horas, na Cooperativa «A Linha do Estoril», no Alto da Parede. Funcionará um serviço de «comes-e-bebes».

**Maternidade
Planeamento Familiar
& Aborto**

**Maternidade
Planeamento Familiar
Aborto**

edições
Avante!

Nacional

31 de Janeiro de 1891 princípio do fim da monarquia

Fundamentalmente circunscritas à zona do Porto, realizaram-se no passado fim-de-semana vários actos alusivos ao 92.º aniversário do «31 de Janeiro de 1891», data histórica que assinala a primeira tentativa de implantação da República em Portugal levada a cabo por várias guarnições militares da «Cidade Invicta», com um apoio popular que já nessa altura denunciava o isolamento em que se encontrava o regime monárquico.

A efeméride levaria em romagem no passado domingo cerca de duas centenas de pessoas ao cemitério do Prado do Repouso, promovida pela Aliança Povo Unido, onde, junto ao monumento evocativo dos revoltosos, usariam da palavra o professor Armando de Castro, Barros da Costa, o dirigente sindical Victor Ranita, Virginia Moura e José Morgado, que deporiam junto do monumento um ramo de flores, tendo os presentes cantado o hino nacional. A romagem prosseguiria até ao local onde se encontram os túmulos de António Luís Gomes, Lobão Vital, Jofre Amaral Nogueira, Duarte Leite, Guilherme de Carvalho, Eduardo Santos Silva e outros. O camarada Oscar Lopes traçaria, nomeadamente, o paralelismo entre a situação em que foi desencadeada a revolta de 31 de Janeiro e o momento actual, sublinhando que hoje, como então, se perfilam no nosso país ameaças para as liberdades.

Duas comemorações promovidas por sargentos — 1300 dos

três ramos das FFAA, da GNR e da Guarda Fiscal reunidos num almoço comemorativo no passado sábado na Cova da Piedade, e um outro no Porto, promovido por sargentos da Região Militar Norte — assinalariam igualmente a efeméride; os primeiros dirigiram uma mensagem ao PR manifestando «a mais completa concordância e satisfação» pelas medidas anunciadas pelo general Ramalho Eanes no passado domingo, os segundos promovendo uma romagem, também no sábado, ao cemitério do Prado do Repouso, seguida de um almoço em Matosinhos.

Destaque-se ainda uma cerimónia evocativa organizada por vários advogados do Porto e uma sessão na noite do próprio dia 31 promovida pela APU no salão da ESBAP, no Porto.

Um pouco de História

A «revolução do Porto de 31 de Janeiro de 1891» eclodiu na sequência de um ultimato britânico à coroa e ao Governo português, sob o pretexto de questões coloniais em Moçambique. Os termos humilhantes do ultimato tiveram como resposta das autoridades portuguesas uma subserviência que fez transbordar o descontentamento popular em relação ao regime monárquico.



De facto o ultimato e o comportamento da coroa e do Governo portugueses não foram o único nem o fundamental motivo para a movimentação que abalou o País: o descontentamento para com o sistema governativo, do qual se fazia eco a imprensa republicana de então (apoiada pelo Partido Republicano nascido da dissolução do Partido Reformista após o movimento de Cádiz), seriam os principais detonadores da revolta. O episódio do ultimato daria apenas remate lógico ao clima fortemente antimonárquico que se respirava no País.

O ultimato britânico foi entretanto o Governo português em 11 de Janeiro de 1890 (cerca de um ano antes da revolta do Porto) e logo levantaria burburinho em Lisboa: manifestações percorreriam praticamente toda a capital dando vivas à Nação, ao Exército e à Imprensa e «morrás» ao Governo e à Inglaterra; o espectáculo em S. Carlos seria interrompido com gritos de «hoje não é dia de espectáculo, é dia de luto», sofreriam apedrejamentos a residência do cônsul inglês e a casa do primeiro-ministro português.

O apoio de outras zonas do País, de que a Imprensa fez abundante eco, não se fez esperar, nomeadamente uma carta subscrita por um grupo de oficiais transmontanos; dois órgãos da classe militar, (o «Sargento» e a Vedeta) traduziriam igualmente o descontentamento geral. Em Setembro um grupo de estudantes manifestar-se-ia tumultuosamente no Porto, sendo carregado pela Guarda Municipal, enquanto em Lisboa os tumultos já tinham reflexos no próprio Parlamento, onde, no exterior do Palácio de S. Bento, a guarda varreria uma multidão exaltada.

No dia seguinte a estes acontecimentos no Parlamento, surgiria uma crise ministerial, enquanto as manifestações populares eram uma constante na cidade. Formar-se-ia um governo extrapartidário mas nem assim o ódio à Coroa abrandou: em fins de Dezembro de 1890 já se falava abertamente em Revolução e a juventude das escolas freia de impaciência e de indignação entoando o «Finis Patriae» de Guerra Junqueiro.

Entretanto os sargentos do Exército reuniam-se com frequência e reclamavam na sua imprensa contra as formas de promoção. Uma irregularidade no estatuto, executada pela Ordem do Exército e prejudicando os sargentos, deixaria mais uma acha para a fogueira. Um grupo de sargentos do Porto sai com um comunicado de apelo aberto à revolta; entretanto esta organizava-se e saíra, mal estruturada, a 30 de Janeiro, no Porto, com os sargentos de Caçadores 9 a tomarem o comando da unidade, prendendo os superiores e dando vivas à República. Seguiram-se outros regimentos no alinhar com a revolta, formando todos em frente aos Paços do Concelho, onde seriam anunciados os nomes do novo Governo Provisório.

Proclamava-se a República; a bandeira verde-nubra flutuaria umas horas na Cidade Invicta. Entretanto as forças governamentais começaram a chegar ao Porto e os embates sucederam-se: ao fim da tarde do dia 31 a revolta estava dominada e o Governador Civil do Porto suspenderia as «formalidades que garantem a liberdade individual». Seguir-se-iam as prisões e as deportações em massa.

Todavia o «31 de Janeiro» jamais deixaria de ser comemorado — mesmo durante os cerca de 20 anos que se seguiram de repressão monárquica — como a alvorada de uma nova era que, em 1910, se confirmaria de forma inequívoca. Contra a subserviência nacional ao imperialismo e à repressão sobre o nosso povo. Pela vitória da democracia e os caminhos do progresso.

Zeca Afonso e Abril

Recuemos um pouco. Muitos anos, alguns anos, poucos anos. Não como quem desfolha um malmequer, porque a certeza final toda a gente, do lado de cá, a sabe. A nós todos apenas nos separa a data em que nascemos, o momento em que o ouvimos pela primeira vez, quando as cortinas do som se abriam e uma voz clara cantou com as nossas palavras e a nossa música. Recuemos um pouco. Recordemos primeiro os fados de Coimbra. Cantados de novo. Era o Dr. José Afonso. Pouco tempo depois já era o Zeca Afonso, ouvido por todos quantos resistiam ao obscurantismo fascista e escolhiam caminhos novos, caminhos de futuro.

«Os Vampiros», lembram-se? E outros cantos, onde uma voz nova se desenvolvia, empurrando a música para a frente, atenta às raízes populares, arrancando do passado o essencial e o autêntico, moldando novos conteúdos em novas formas. Uma voz que foi sopra renovador na música portuguesa.

Voz da resistência até Abril. Voz de Abril daí para a frente. É assim que se reconhece Zeca Afonso, cujo espectáculo no Coliseu mostrou através de milhares de pessoas a esgotarem a lotação — e a deixarem adivinhar quantos mais queriam estar presentes no espectáculo —, que a sua voz renovadora transporta uma mensagem significativa que encontra eco na vontade e no coração da grande maioria dos portugueses.

Foi um espectáculo de solidariedade. Mas foi também uma solidariedade que transcendeu o artista a quem foi manifestada. Através de Zeca Afonso, pôde de novo fazer-se ouvir a voz solidária de todos quantos estão com Abril e cantam em uníssono a «Grândola Vila Morena».

Espectadores — aliás participantes —, não foram apenas os milhares de anónimos amigos que foram ao Coliseu reconhecer-se nas canções criadas ao longo de anos e que se destinam, como as obras de arte se destinam, a permanecer e a frutificar. Personalidades destacadas, culturalmente e politicamente, estiveram lá, não se furtando a mostrar que a mensagem fraternal de Zeca Afonso — a do antifascismo, a de Abril — não se perde no tempo que duram as vibrações sonoras.

A obra de Zeca Afonso, feita de palavras e de sons que responsabilizam, teve, no passado sábado à noite, um momento alto. A marcar o apreço de todos quantos se bateram por Abril, de todos quantos se mostram dispostos a continuar a luta. A marcar o apreço de todos quantos reconhecem ao artista a qualidade buscada com talento e com trabalho, o seu esforço de renovação que marcou um momento de viragem na música popular portuguesa. Momento que se não esgotou. Que Zeca Afonso continuará. E outros com ele.

Concurso «Soeiro Pereira Gomes»

Pela Casa do Pioneiro foi lançado no início de Janeiro o concurso «Sôeiro Pereira Gomes». O concurso destina-se em primeiro lugar aos Pioneiros de Portugal mas nele podem participar todas as crianças.

Com Sôeiro Pereira Gomes e o conhecimento da sua vida e do que escreveu ganha-se sempre alguma coisa. Porque foi um grande português, um grande escritor — e também um grande amigo das crianças, que enchem a sua obra, sobretudo aquelas «que nunca foram meninos». Mas porque «não passou o tempo de entender, amar e defender as crianças», a Casa do Pioneiro, além de ter sensibilizado os seus monitores para ajudarem as crianças no conhecimento da vida e na exploração da obra de Sôeiro Pereira Gomes, na fase preparatória do concurso, faz um apelo aos pais e educadores para que participem nesta iniciativa, levando às «suas» crianças os conhecimentos e textos necessários, deixando-lhes depois livre o seu poder criativo e contribuindo assim para a sua formação humana e social.

Neste concurso fixam-se como objectivos «divulgar a vida e a obra de Sôeiro Pereira Gomes, sensibilizar os pioneiros (e as outras crianças que queiram participar) para a situação das outras crianças, sensibilizá-las para os costumes da sua terra». Os temas: em alternativa, A Feira (tendo por base um texto de Sôeiro Pereira Gomes e o conhecimento real do que é uma feira) e As crianças da minha terra (conhecimento real de como vivem, brincam, estudam as crianças da terra de cada um — um tema aberto para que nomeadamente a leitura de «Estreitos» (ou até simplesmente as três páginas de «As crianças da minha rua») pode conduzir.

São temas de inspiração e de partida. Que cada criança possa depois fundir com a sua própria vida, as coisas que conhece e que imagina e os traça em desenhos, pinturas, banda desenhada, numa peça de teatro ou numa nova história. Que o faça sozinho ou que o faça colectivamente: como em seguida se verá, o concurso permite tudo isto e muito mais...

Este o regulamento:

1. Os Pioneiros de Portugal promovem um concurso sobre a vida e a obra do escritor Sôeiro Pereira Gomes.
2. Podem concorrer todas as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.
3. Os trabalhos apresentados a concurso deverão versar os seguintes temas: «A Feira»

— «As crianças da minha terra».

4. Os trabalhos podem abranger todos os tipos de modalidades, como pintura, modelagem, colagem, textos, escultura, poesia, etc.

5. Os concorrentes poderão participar com trabalhos individuais ou de grupo.

6. Todos os trabalhos deverão ser entregues durante a primeira quinzena de Março, tendo como limite máximo o dia 14 do mesmo mês.

7. Para efeitos de qualificação, as crianças serão divididas em 2 escalões etários. O 1.º escalão compreenderá as idades entre os 6 e os 9 anos, e o 2.º escalão as idades entre os 9 e os 14 anos.

8. A todas as crianças participantes serão atribuídos prémios de participação.

9. Serão atribuídos prémios de classificação aos três primeiros trabalhos de cada escalão.

10. Os trabalhos serão apreciados por um júri constituído por especialistas nas modalidades apresentadas. O júri reunirá para o efeito na segunda quinzena de Março.

Quaisquer indicações complementares e materiais de apoio podem ser procurados junto da Casa do Pioneiro, Rua Prof. Lima Basto, 140, 1.º D, em Lisboa, tel. 72 15 75 — onde também deverão ser entregues os trabalhos concorrentes.

Pioneiros à descoberta de Lisboa

Já lá vão 15 dias mas ainda vale a pena falar do caso. Num domingo de Janeiro dezenas de pioneiros juntaram-se na Praça do Comércio e dali partiram para a descoberta de uma das zonas velhas da cidade.

Ficaram a conhecer alguns segredos e algumas maravilhas — logo ali na Praça do Comércio, na Sé, por ruas e recantos de Alfama, no miradouro de Santa Luzia. Gostaram tanto que (dizem-nos) vão voltar. Quem for pioneiro, quiser ir também e levar os seus amigos, não tem que saber: basta ir à Casa do

Pioneiro ou a qualquer dos núcleos de Lisboa.

Países socialistas — uma exposição no Porto

Por iniciativa do Núcleo de Pioneiros da Boavista estará

Sessão da URAP em Setúbal

Contra o fascismo e a guerra, a URAP promoveu no sábado passado uma sessão pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal.

A URAP correspondeu assim a um apelo do VIII Congresso da Federação Internacional dos Resistentes, que em Setembro último reuniu em Berlim milhares de resistentes antifascistas de dezenas de países, e assinalou ao mesmo tempo a passagem de mais um aniversário de uma data trágica para a Humanidade: a tomada do Poder por Hitler, o advento do nazismo, a II Guerra Mundial que destruiu quase toda a Europa, uma parte da Ásia, que vitimou mais de 50 milhões de pessoas.

No Salão Nobre, repleto, falaram José Maria do Rosário e Salvador Amália, e um convidado especialmente acolhido: o general Vasco Gonçalves, que José Maria do Rosário saudou pelo militar de Abril que foi, e também pela sua «provada integridade moral, pela sua fidelidade ao povo cuja defesa sempre privilegiou, pelo seu elevado conceito de política — que contrasta com o daqueles que têm demonstrado na prática que as promessas que fazem nada têm a ver com a política que praticam».

O general Vasco Gonçalves, José Maria do Rosário e Salvador Amália dirigiram-se espe-

cialmente ao povo de Setúbal — os operários, os jovens, as mulheres, os patriotas, tantos deles antigos resistentes — das consequências do fascismo e do nazismo, e do exemplo da luta resistente dos povos e dos democratas que souberam dar mãos, sacrifícios incontáveis e a própria vida para derrotar o nazismo, defender a paz e a liberdade.

Apelaram aos antifascistas «para honrarem a memória de quantos tombaram no combate — nos campos de concentração, nas prisões fascistas, nas frentes de combate da Guerra e de tantas outras guerras que os mesmos autores de então continuam a atear para que se unam, se organizem e lutem em defesa da cooperação e da compreensão entre os povos e as nações, para salvar a Paz no Mundo».

A Batalha de Stalingrado — sábado na SPA

Com o apoio do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, a URAP e a Associação de Amizade Portugal URSS levam a efeito no próximo sábado, às 21 horas, na Sociedade Portuguesa de Autores — Av. Duque de Loulé, 31, em Lisboa, uma sessão para assinalar o 40.º aniversário da Batalha de Stalingrado.

Agostinho Neto e Amílcar Cabral vão dar nome a ruas de Lisboa

Na última reunião da Câmara Municipal de Lisboa, por proposta do vereador da APU, Alfredo Moura, foi aprovada por maioria a decisão de dar os nomes de Agostinho Neto e Amílcar Cabral a duas ruas da capital.

A única abstenção que se registou foi da parte do vereador da «AD», Nuno de Siqueiros.

Entretanto, por sugestão da Associação Portugal-Angola a placa toponímica de Agostinho

Neto será inaugurada a 10 de Setembro, data do aniversário da morte daquele dirigente e intelectual angolano.

Decisão justa, tanto mais que estes heróis da luta anticolonial viveram parte da sua vida na cidade de Lisboa, que amaram, tinha já sido motivo de iniciativa idêntica em Outubro de 1979, mas nunca chegaram a receber qualquer despacho por parte da Câmara Municipal.

4 de Fevereiro comemorado em Lisboa

Assinalando o 22.º aniversário do início da luta armada em Angola, a 4 de Fevereiro de 1961, a Associação Portugal-Angola realiza amanhã, pelas 21 e 30, uma sessão no Teatro Vilaret.

No acto comemorativo da luta do povo angolano contra o colonialismo, encabeçada pelo MPLA, usará da palavra o embaixador da República Po-

pular de Angola em Lisboa, Fernando VanDunen, o presidente da APA, Daniel Matos, e ainda um representante da Comissão Executiva da Conferência Internacional de Solidariedade aos Países da Linha da Frente.

Um espectáculo com actualização de artistas angolanos encerrará a sessão.

Poder local

Lealdade, coragem e dignidade do PCP saudadas pelo povo de Vizela

Foi em Vizela, no sábado passado, numa sessão de esclarecimento promovida pela Direcção Regional do Minho. Mais de 700 pessoas encheram a Casa do Povo local, transbordaram para a rua. Muita simpatia, calor e animação, de vizelenses que assim quiseram expressar ao PCP o apreço ao que o PCP jamais lhes negou: apoio claro, coerente e de princípios às aspirações do povo de Vizela — que, a par da situação política nacional, era o tema anunciado do debate.

As intervenções de Henrique de Sousa, suplente do CC, e do deputado Manuel de Almeida foram frequentemente interrompidas por aplausos. Manuel de Almeida explicou a sucessão de acontecimentos na Assembleia da República e a posição dos deputados comunistas.

Da intervenção de Henrique

de Sousa, que se seguiu, destacamos as seguintes declarações:

«Tal como a luta do povo de Vizela foi até agora inseparável da luta do Povo português contra a política e o governo da «AD», dando os vizelenses importante contribuição para as vitórias democráticas destes últimos dias, também agora podemos com segurança afirmar que o povo de Vizela só alcançará o concelho a que aspira com o afastamento definitivo dos partidos da «AD» do Poder, com a sua colocação em minoria na AR através de novas eleições, com o aumento do número de deputados do PCP. Foi, é e será o PCP o mais consequente defensor das aspirações do povo de Vizela. O povo de Vizela, ao determinar o sentido do seu voto nas próximas eleições, não deve esquecer os que, como o PCP, sempre mantiveram uma só cara e uma só política em

tudo o lado, e os que, como o PS, funcionaram ao sabor das circunstâncias eleitorais. O povo de Vizela não deve esquecer que não pode defender consequentemente as suas aspirações nem a solução democrática da grave crise nacional quem, como o PS, pensa utilizar os votos dos portugueses para se aliar no governo futuro com os partidos da direita.

«Como podem os vizelenses confiar que um PS aliado aos inimigos de Vizela no Governo, seja capaz de defender consequentemente ao lado do PCP, as aspirações de Vizela na Assembleia da República?»

Henrique Sousa sublinhou ainda «que não há oposição de interesses entre o desenvolvimento e o progresso de Guimarães e Vizela. Quem manobra para opor vimaranenses a vizelenses são os partidos da direita que, assim, e com a lamentável cumplicidade de diri-

gentes do PS de Guimarães, procuram esconder as suas responsabilidades no agravamento das condições de vida das populações de Guimarães como de Vizela. Os resultados das eleições autárquicas demonstram bem o fracasso desta manobra».

Manuel Campolles, dirigente do MRCV, presente à sessão com outros dirigentes daquele movimento, interveio para, mandatado pelo MRCV como sublinhou, manifestar «o seu apreço pela lealdade, a coragem e a dignidade do PCP na sua posição de defesa das justas aspirações de Vizela». Disse ainda que «a atitude do PCP foi a prova da dignidade dos homens que o constituem» e que «são os homens que fazem os partidos». Ainda pela sua parte, e a título individual, afirmou que «é obrigação dos vizelenses votarem por aqueles que votaram por nós».

Eleitos comunistas no Algarve

A APU é indispensável

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP promoveu no passado domingo em Faro uma reunião de quadros sobre trabalho autárquico, para discutirem, analisarem e tomarem medidas que conduzam ao melhoramento e reforço da acção dos eleitos comunistas nas autarquias, ao aprofundamento dos seus contactos e ligação com as populações algarvias.

Com a participação de mais de seis dezenas de camaradas, representando as diversas organizações concelhias do PCP, a reunião procedeu a um balanço do trabalho autárquico neste início de mandato, apreciou as situações existentes, os problemas e perspectivas de trabalho resultantes das eleições de 12 de Dezembro e da nova composição dos órgãos autárquicos da região. Os camaradas que participaram debateram-se ainda sobre aspectos de direcção e organização do Partido para a frente de trabalho nas autarquias locais e procederam a uma análise da situação política e discussão das conclusões da reunião do CC do passado dia 28.

Segundo um comunicado da SIP da DORAL, foi salientada a inteira disponibilidade dos eleitos do PCP em assumirem todas as responsabilidades na gestão das autarquias, quer em situação de maioria quer em situação de minoria, designadamente no que respeita à nomeação de vereadores a tempo inteiro, à

eleição para executivos de Juntas e mesas de Assembleias de Freguesia, tendo em vista garantir um funcionamento eficaz e democrático dos órgãos autárquicos e a resolução dos problemas das populações.

Nesse sentido, a reunião sublinhou que a APU é uma força política democrática, actual e responsável que não pode ser minimizada e com a qual é preciso contar para que os órgãos observem de facto uma gestão democrática ao serviço das populações.

Constatou-se, por outro lado — prosseguiu o comunicado da DORAL — que o Partido Socialista, onde detém a maioria e mesmo a maioria relativa se está a comportar como uma força política arrogante, sectária e antidemocrática, negando-se a entendimentos com os eleitos da APU e preferindo entendimentos com o PSD e o CDS, lá onde é preciso afastar a APU das Juntas de Freguesia e das mesas das Assembleias.

Esta atitude do PS foi condenada por não conduzir à defesa dos interesses das populações: dela resulta «um prejuízo real para o funcionamento e eficácia dos órgãos autárquicos, e mesmo uma diminuição da vigilância democrática contra a corrupção e o compadrio, beneficiando atitudes totalitárias e antidemocráticas».

A reunião tomou a decisão de levar a efeito um conjunto de realizações e encontros com o objectivo de acompanhar, apoiar e coordenar a acção dos eleitos comunistas e outros eleitos nas listas da APU nas autarquias do Algarve.

Comissão Distrital da AECOD em Faro

No decorrer de uma assembleia realizada também no passado domingo foi eleita a primeira Comissão Executiva distrital de Faro da Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (PL-AECOD).

Da Comissão Executiva, cujos sete elementos constavam de uma única lista proposta que recolheu os votos favoráveis de todos os presentes, fazem parte: José Manuel Freitas e José Manuel Lucas, da DORAL do PCP, Alfredo Graça e José António Spínola, presidentes das Câmaras de Vila Real de Santo António e de

Vila do Bispo, e José Cabral, Mário Prudêncio e Álvaro Pereira, membros das Assembleias Municipais de Loulé, Faro e Olhão. O mandato é por três anos.

Como se sabe, a PL-AECOD foi constituída com o objectivo de contribuir para a resolução dos problemas locais em colaboração com os órgãos autárquicos, apoiar os seus membros e contribuir para a sua formação, especialmente em aspectos relacionados com a gestão autárquica. Constituem suas receitas fundamentais as verbas entregues pelos associados eleitos em órgãos autárquicos, resultantes de senhas de presença e remunerações. Essas receitas são o essencial aplicadas em obras que beneficiam directamente as populações, resultando de uma opção de princípio dos eleitos comunistas e outros democratas: não serão eles próprios beneficiados pelo exercício de um cargo público.

Como também se sabe — mas aqui fica de novo a informação, e para quem o entenda como nós, o apelo — podem ser sócios da PL-AECOD não apenas os eleitos no Poder Local mas também outros cidadãos que se proponham pugnar pelo desenvolvimento do Poder Local democrático.

edições
Avante!

POVO LUTA CULTURA

daqui partimos
para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas
Manuel Tiago
Obra completas de
SOEIRO PEREIRA GOMES

Trabalhadores

Inspectores de ruínas

Numa altura em que a «AD», ou o que dela resta, se promove a inspector de ruínas criadas por ela própria em alguns sítios onde, segundo as promessas que os seus vários governos fizeram, se deveriam erguer moderníssimas e até belas construções de novos modelos de sociedade, mas donde Abril estaria afastado — numa altura dessas é que aparece a «mobilização» aparentemente descabida de forças ditas sindicais, como a UGT da linha pêpêdistas (Tesiresd) a falar alto contra o «tecto salarial» e a favor da «livre negociação» das convenções colectivas de trabalho.

Esta atitude que infelizmente não surge pela primeira vez, e estará talvez longe de se aproximar da última, é a adoptada pela chamada UGT no seu conjunto e pretende aparecer defendendo soluções que não passam de generalidades sem qualquer efeito prático perante o facto consumado da publicação para entrada em vigor dos salários mínimos e da imposição de outras medidas que restringem, inconstitucionalmente, aliás os direitos que a CGTP-IN tem defendido através da luta e da intervenção diária junto dos órgãos do Poder — tudo isso sem que a UGT, como criação artificial que é, tenha desempenhado o mínimo papel positivo nos resultados dessas lutas de que a CGTP-IN acaba de publicar um curto balanço enviado com data de 31 de Janeiro aos órgãos de comunicação social.

O tema desse breve balanço da CGTP-IN refere-se aos contratos colectivos de trabalho em 1982 e afirma logo na primeira linha do texto que, «apesar da grande ofensiva patronal e governamental, os resultados da luta foram positivos».

O curto balanço da CGTP-IN, que vem abalizado pelo Departamento de Contratação da Central, conclui que «valeu a pena lutar».

Depois de uma descrição das medidas que a «AD» tentou pôr em prática e não conseguiu naquele âmbito específico da contratação, designadamente a «ofensiva generalizada contra os

contrariadas com êxito e vitoriosamente nos transportes e em muitas dezenas de empresas e sectores, parte deles do sector empresarial do Estado.

Além disso, «na contratação colectiva, os salários foram em regra, revistos conjuntamente e com as restantes cláusulas de expressão pecuniária», o que representou, embora por vezes não pareça, um aumento da massa salarial em termos globais que a revisão das tabelas não traduz completamente.

Entre os importantes resultados obtidos com as lutas de 1982, o departamento de contratação da



No vidro, sector em crise, os critalheiros obtêm 21,5 por cento de aumentos globais

imediatas das normas do contrato de trabalho», conforme consta da decisão do Supremo Tribunal de Justiça emitida em 14 de Janeiro do ano passado.

«No plano geral — acrescenta a nota do departamento de contratação da CGTP-IN — a acção desenvolvida pelos trabalhadores foi decisiva para a queda de um Governo com uma política manifestamente contrária aos interesses e direitos dos trabalhadores».

Sendo embora assim em muitos casos concretos, que a pequena síntese da CGTP-IN assinala, nem por isso e segundo se pode averiguar facilmente se dei-

e trabalhadores — todo o movimento sindical unitário que agora prepara a realização do IV Congresso da CGTP-IN.

Mesmo quando as formas de luta aprovadas e levadas a cabo não chegam a demover dos seus propósitos o grande patronato, as administrações, as associações patronais, assim como as variadas gerências e gestores sob tutela ministerial da «AD», mesmo quando é forçoso voltar à luta por outras formas ou pelas mesmas com os mesmos objectivos, as greves, paralisações, concentrações e outras formas de luta, por vezes abrangendo

Pública, que são umas boas centenas de milhares e que se contam entre os têm visto degradar-se mais o seu poder de compra e o seu nível de vida no nosso país.

Aos inspectores de ruínas instalados em ministérios, na CIP na UGT e em todo o lado onde se preciniza a miséria como solução para as grandes dificuldades e os problemas que o País tem de enfrentar, os trabalhadores organizados respondem como reforço da unidade que certamente representará a realização do IV Congresso da CGTP-IN, com a própria preparação dessa assembleia do movimento sindical unitário aberta a todos os sindicatos, com as lutas em curso, como nos transportes com as recentes paralisações do Metro, CP e Carris, com a conquista de salários acima dos 17 por cento, com a manutenção e o aumento das regalias sociais, com a defesa do regime democrático e dos seus alicerces económicos, como sucede na EPAC e em muitas dezenas de empresas onde defender os interesses de quem lá trabalha é defender a própria empresa e os postos de trabalho, mantendo as nacionalizações e viabilizando economicamente a sua gestão actual e o seu futuro, como realidades económicas e bens nacionais.



Na Carris (foto) como no Metro e na CP as adesões variaram entre os 75 e os 100 por cento

xou de ter em conta a necessidade, cada vez mais premente em muitos casos, de prosseguir a luta, de garantir os resultados obtidos, de batalhar todos os dias para que a repressão desapareça das empresas onde parece instalada desde que a lei sindical está em vigor.

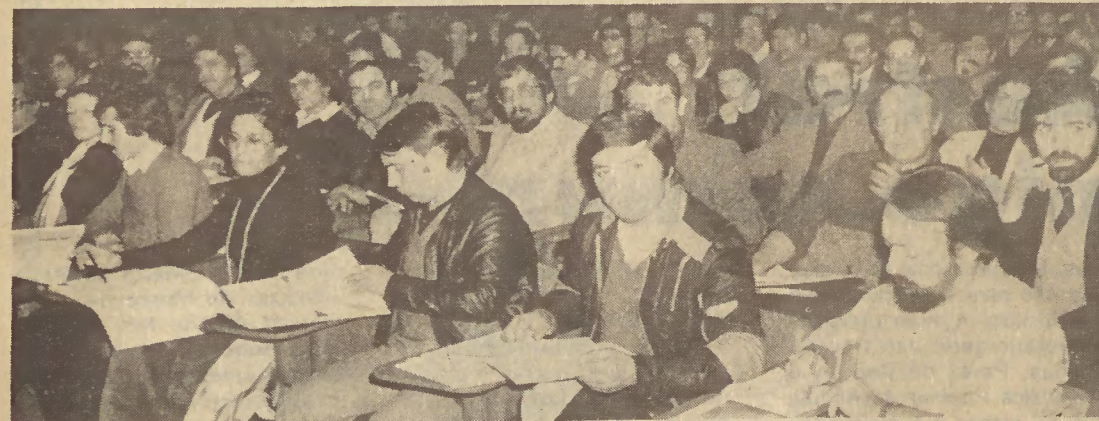
Ninguém dorme sobre louros

Ninguém dorme sobre os êxitos e vitórias que o ano de 1982, apesar de todos os assaltos da «AD», permitiu alcançar através da luta e das diligências do tipo mais variado que empenharam sectores, dirigentes e delegados, activistas

muitos milhares de trabalhadores, têm demonstrado inequivocamente a que as percentagens de adesão às lutas têm aumentado e tendem a aumentar à medida que se torna mais difícil de aguentar os aumentos dos produtos, bens e serviços essenciais, à medida que diminui assustadoramente o poder de compra, enquanto que o nível de vida se reduz sem contrapartida e que não se consegue, através dos salários e das revisões salariais, colmatar nem as brechas que se prevêm quanto mais as anteriores.

Típico é o caso da Função Pública incluindo os professores. Aumentados (como quem diz) apenas 11 por cento em 1982, os TFP exigem este ano com toda a legitimidade que lhes sejam pagos aumentos salariais a partir de Janeiro de acordo pelo menos com o aumento da inflação já oficialmente declarada como existente no ano findo em Portugal.

Uma manifestação marcada para o dia 10 trará novamente à rua o descontentamento generalizado dos trabalhadores da Função



Além da preparação para o IV Congresso da CGTP-IN, a Função Pública tem desenvolvido intensa actividade sindical em defesa das reivindicações contratuais

Salário mínimo o Governo só se lembra depois do PCP

Foi finalmente publicado no «Diário da República» o decreto-lei que estabelece os quantitativos do salário mínimo nacional.

Atrasado de quatro meses, não seria essa a questão mais importante, se por acaso permanecesse a anuidade da actualização do salário mínimo.

Mas tal não sucede. Em vez de ter efeitos reactivos desde o mês de Outubro passado, como estabelece a legislação em vigor, o salário mínimo actualizado passa a vigorar apenas a partir do mês de Janeiro de 1983.

Como se isso não bastasse o Governo «AD» — demitido, mas ainda em funções — estabeleceu quantitativos de actualização que não contemplam o

desenfreado aumento do custo de vida.

E na Assembleia da República a ainda maioria derrotou um projecto-lei do PCP que visava actualizar em termos correctos a remuneração mínima nacional, como já referimos no número anterior.

Mais grave ainda. O decreto-lei do Governo que no hemicycle no decorrer da discussão da proposta do PCP foi referido como tendo surgido na reunião de Conselho de Ministros de 6 de Janeiro último, não passa, com efeito, de uma tentativa do Governo para se antecipar à iniciativa legislativa do Partido Comunista de deste modo procurava salvaguardar os interesses das classes trabalhadoras que beneficiam da actualização daquele salário.

Se não tivesse sido apresentado o projecto-lei pelo PCP de certo que ainda hoje o Governo não tinha mexido um dedo para alterar esta situação, apesar de no período que antecedeu as eleições autárquicas de 12 de Dezembro, vários órgãos de informação terem alardeado a intenção do Governo em aumentar o referido salário mínimo. Mas era só fumaça eleitoral que depois ficou esquecida, como tantas outras.

Pelo que o Governo não esperava é que o Grupo Parlamentar do PCP apresentasse um projecto-lei nesse sentido. E de imediato surgiu um decreto-lei fantasma, que foi promulgado em 22 de Janeiro e agora finalmente publicado.

Procurando negar o carácter

etéreo desse decreto-lei que tudo o prova resultou de uma medida apressada para ultrapassar a iniciativa comunista o deputado social-democrata Cipriano Martins, durante o debate, chegou mesmo a afirmar que no comunicado da reunião do Conselho de Ministros do passado dia 6 de Janeiro se dava conta dessa decisão governativa.

Simplemente, por mais arguto que fosse o leitor não conseguiria encontrar nos jornais que fizeram referência a esse comunicado o mínimo sinal de que fosse essa a intenção do Governo «AD».

O decreto-lei aí está publicado. Até ao final deste Governo moribundo os trabalhadores continuam a ser prejudicados.



Um morto em Valongo Quem são os culpados?

Conforme o «Avante!» noticiou já por várias vezes, os trabalhadores da CIFA, Valongo, vêm desenvolvendo uma poderosa luta pelo pagamento de salários em atraso, contra a fome e a miséria.

Foi quando uma vez mais se manifestavam pela satisfação dos seus legítimos direitos, no passado dia 27, que as forças de choque da GNR carregaram brutalmente sobre os trabalhadores, assassinando Alberto Pinto Barros, pedreiro, da freguesia de Sobrado, e fazendo diversos feridos.

Como refere um comunicado da DORP do PCP, «em menos de um ano, considerando as vítimas do 1.º de Maio que ainda aguardam justiça, foi o terceiro trabalhador friamente assassinado pelas forças policiais na região do Porto».

E o comunicado da DORP, tal como nos acontecimentos do 1.º de Maio, pergunta: «Quem atirou as forças de choque da GNR contra os trabalhadores da CIFA e suas famílias, quando estes reclamavam pão e trabalho? Quem ordenou a repressão selvática? Quem mandou matar? Que nova provocação se encontra por detrás destes trágicos acontecimentos?»

«Num momento em que — prossegue o comunicado da DORP — a «AD» está demitida do Governo e perdeu a maioria de que dispunha na AR, aberto o caminho a novas eleições que a afastará definitivamente do poder, os principais responsáveis pelos trágicos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto, Ângelo Correia e Rocha Pinto, e com eles os sectores mais reacçãoários, retomam assim e com objectivos ainda insuficientemente claros, o caminho da provocação fascista».

A DORP do PCP considera

constituir uma exigência imediata do Povo português o inquérito aos autores materiais de mais este crime e o afastamento imediato dos responsáveis políticos — o Governo «AD» demitido, o ministro Ângelo Correia e o Governador Civil fascista Rocha Pinto.

No mesmo comunicado a DORP do PCP manifesta à família enlutada «as suas mais

incorporaram-se vários dirigentes da USP e sindicatos do Porto, representantes de organizações populares e ainda os camaradas Rosa Dias e António Mota, da DORP e do Comité Central, Manuel Sousa, da DORP, bem como a camarada deputada à AR Ilida Figueiredo.

Bandeiras negras do luto e da fome no alto da torre da Cifa e empunhadas pelos seus

● Em menos de um ano, considerando as vítimas do 1.º de Maio que ainda aguardam justiça, foi o terceiro trabalhador friamente assassinado pelas forças policiais na região do Porto.

Nenhuma sociedade que preze minimamente os Direitos do Homem pode aceitar tal acção. Nenhum país democrático pode tolerar a continuação deste estado de coisas.

Tal como nos trágicos acontecimentos do 1.º de Maio do Porto, as perguntas repetem-se: Quem atirou as forças de choque da GNR contra os trabalhadores da CIFA e suas famílias quando estes reclamavam pão e trabalho? Quem ordenou a repressão selvática? Quem mandou matar? Que nova provocação se encontra por detrás destes trágicos acontecimentos?

É por demais evidente que as forças de choque da GNR nunca poderiam ter intervenido na estrada Porto-Penafiel e nas condições em que o fizeram sem «luz verde» do MAI e do governador civil do Porto.

(Do comunicado da DORP do PCP, 27 de Janeiro de 1983)

profundas condolências» e renova aos trabalhadores da CIFA o apoio à justa luta que travam.

Entretanto, no passado sábado, foram milhares as pessoas que acompanharam o funeral de Alberto Barros, antigo trabalhador na empresa e pai de um operário da CIFA.

No funeral, além de muitos trabalhadores e povo da zona,

trabalhadores, presentes no funeral, eram um sinal de pesar mas também um sinal de determinação, de firmeza, na luta pelo pão e pelo trabalho, de repúdio e protesto pela brutal e criminosa intervenção da GNR.

O prosseguimento da luta e o reforço da solidariedade será a resposta dos trabalhadores e do povo a estes graves acontecimentos.

CIFA Administradores da empresa adiam negociações

Uma afronta à justa luta dos trabalhadores — assim se pode classificar o comportamento da administração da CIFA e do Ministério do Trabalho face aos esforços de negociação por parte dos trabalhadores da empresa.

À hora a que fechámos esta edição do «Avante!», a nota saliente era dada pelas «im-

possibilidades» evocadas na última terça-feira, primeiro pelo representante do MT/delegação do Porto e depois pelos administradores da CIFA, para faltarem às reuniões marcadas na delegação do MT com os representantes dos trabalhadores, que denunciaram estas atitudes e salientaram uma vez mais a disposição firme para a luta e a unidade, condição fun-

damental para que sejam alcançados os justos direitos que motivaram esta luta: pagamento de salários em atraso e do 13.º mês, levantamento dos processos disciplinares e garantia dos postos de trabalho.

Os trabalhadores da CIFA têm estado concentrados frente às instalações do Ministério do Trabalho, na cidade do Porto.

Terra Agrários prosseguem sabotagem

Uma vez mais este ano, a exemplo de safras anteriores, milhares de quilos de azeitona vão ficar por apanhar nas herdades dos agrários no distrito de Évora. Esta a denúncia contida num comunicado recentemente divulgado do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura onde se exigem medidas que impeçam os agrários saboteadores de prosseguirem esta prática lesiva para a economia nacional.

Para aquela estrutura dos trabalhadores este comporta-

mento dos agrários revela a sua aposta em continuarem a sabotagem económica, acto tanto mais grave quanto o litro do azeite está ao preço de 180 escudos e, por outro lado, existem milhares de trabalhadores agrícolas no desemprego.

Dando um exemplo, o Sindicato cita o caso da herdade da Craveira, no concelho do Redondo, pertença de Maria Emilia Barrancos Caetano, onde se encontram cerca de três mil quilos de azeitona por apanhar,

quando neste mesmo concelho existem actualmente centenas de desempregados.

O sindicato critica ainda a acção violenta da GNR sobre os trabalhadores desempregados que tentam apanhar os produtos abandonados e pergunta se os responsáveis pelo envio daquela força militarizada não poderiam antes orientar as suas ordens no sentido de obrigar os agrários a aproveitar a azeitona, evitando assim a sua acção sabotadora.

Debate sobre a Reforma Agrária

Para assinalar o 2 de Fevereiro de 1975 — data em que os trabalhadores agrícolas decidiram avançar para as terras da herdade do Picote, dando assim início à Reforma Agrária — realiza-se amanhã, sexta-feira, com início às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, um debate subordinado ao tema «1975-1983, oito

anos de Reforma Agrária em defesa da Democracia».

A sessão, cuja iniciativa pertence à DORL do PCP, será precedida da projecção do filme «Operação Boa Colheita» e contará com a presença de António Pinto, da UCP «Boa Esperança» do Lavre e do Secretário de Évora, de António Murteira, director do jornal «Reforma Agrária» e do CC do

PCP e de Margarida Tengarrinha, também membro do Comité Central.

Conforme assinala um comunicado da SIP da DORL do PCP a propósito desta iniciativa, «o Governo «AD» caiu, mas a Reforma Agrária «essa» continua de pé» e agora, na nova situação, em melhores condições de reforçar a sua defesa e prosseguir o seu caminho.

Genebra – reunião decisiva Que propostas?

Decorrem neste momento em Genebra conversações soviético-americanas sobre a redução de mísseis nucleares na Europa. Conversações particularmente importantes porque constituem um elemento determinante na resposta à questão crucial neste ano de 83: Sim ou não, serão implantados, como é decisão reiterada da NATO, novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa? Sim ou não, vai ser dado um passo de consequências imprevisíveis na escalada da corrida aos armamentos?

Já não se trata simplesmente de conversações – com um objectivo decisivo – mas com uma data decisiva. Agora há uma data, há um limite de tempo para obter um acordo, ou não, para decidir do contexto internacional em que todos nós vamos viver nos próximos anos, nas próximas décadas. Das novas possibilidades para um desenvolvimento pacífico. Ou o risco permanente do holocausto nuclear.

Como base de partida para o recomeço das negociações de Genebra, os Estados Unidos levaram para a mesa uma proposta já rejeitada, a «opção zero». E rejeitada porque aponta para o desmantelamento de todos os mísseis soviéticos colocados em território europeu capazes de atingir território da Europa Ocidental. Número igual ao de mísseis franceses e britânicos apontados para a União Soviética.

A delegação soviética levou para a mesa de conversações a proposta formulada por Yuri Andropov, de redução para 162 do número de mísseis soviéticos colocados em território europeu capazes de atingir território da Europa Ocidental. Número igual ao de mísseis franceses e britânicos apontados para a União Soviética.

No próprio dia do reinício das conversações, a Suécia divulgou que a União Soviética tinha respondido positivamente à sua proposta de criação de uma zona desnuclearizada, alargando entretanto o âmbito da zona proposta pela Suécia de 150 km para cada lado da fronteira entre os países da NATO e os países do Pacto de Varsóvia, para 300 km de cada lado da fronteira europeia entre países capitalistas e a comunidade socialista. Isto para que a criação desta zona desnuclear-

izada pudesse contribuir para uma efectiva diminuição do perigo nuclear, tendo em conta a capacidade do armamento actualmente existente.

Trata-se no fundo de uma nova proposta soviética para o desanuviamento militar na Europa.

Proposta de Paz de Reagan?

Coincidindo com o reinício das conversações de Genebra, desenvolve-se um assinalável esforço por parte dos Estados Unidos para tentar convencer os povos da Europa das intenções pacíficas do imperialismo americano e, por essa via, preparar o terreno que permita aos governos dos países em causa a aceitação da instalação dos 572 novos mísseis nucleares norte-americanos em 1983.

Persiste-se na proposta «opção zero», já múltiplas vezes denunciada como uma proposta de desarmamento unilateral da União Soviética, e que assume de forma crescente um carácter tão pouco convincente que o próprio Luns, secretário-geral da NATO, conhecido pelas suas posições do mais fechado anticomunismo, se pronuncia por uma solução intermédia que, não alterando nada embora ao fundo da questão, reflecte as dificuldades com que tal pretensa proposta de desarmamento esbarra.

Mas paralelamente são tomadas outras iniciativas.

George Bush, vice-presidente norte-americano, é enviado à Europa, para explicar «a vontade da administração norte-americana de efectuar uma autêntica redução de armamentos».

Ao mesmo tempo Reagan parece surgir com uma nova e estudadamente «espectacular»

proposta: o desmantelamento recíproco de mísseis nucleares baseados no solo.

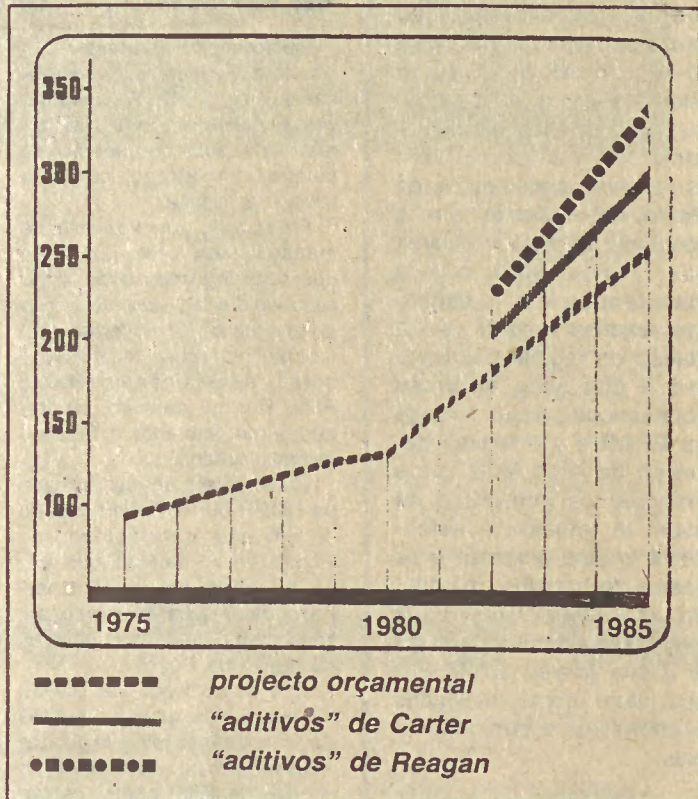
Vontade de paz, finalmente?

Não parece. Pois exactamente nestes mesmos dias a administração Reagan submeteu ao Congresso o maior orçamento militar da História dos Estados Unidos – 238,6 biliões de dólares para o ano de 1984, um aumento real de 10 por cento em relação a este ano, e de que as maiores verbas se destinam à produção de armas nucleares, nomeadamente os mísseis intercontinentais «MX», os mísseis de médio alcance

Alguns dados úteis

O primeiro: o potencial estratégico da União Soviética (tendo em conta o número de ogivas nucleares) é constituído, em 70%, por unidades de mísseis intercontinentais baseados no solo. No que respeita aos Estados Unidos, são os mísseis balísticos instalados em submarinos e bombardeiros pesados que representam 80% do seu potencial estratégico.

Assim se compreende – e muito bem – a insistência dos Estados Unidos no desmante-



«Pershing II» e «Cruise» e bombardeiros e submarinos nucleares.

Factos a que há a acrescentar a declaração do secretário de Defesa norte-americano, Caspar Weinberger, de que o Pentágono vai ainda pedir uma dotação orçamental de 1,6 biliões de dólares para o financiamento da produção, ainda este ano, do «Pershing II».

Mas há ainda outros factos que importa ter em conta, se queremos compreender o real significado destas «propostas de paz».

lamento de mísseis instalados no solo. Como se compreende a justeza da proposta soviética de que «a limitação e a redução se deverá aplicar a todos os armamentos estratégicos e não só a alguns tipos de armas arbitrariamente escolhidos».

Um segundo elemento: a questão da paridade, e da correspondente necessidade de equilíbrio no desarmamento. Quando da elaboração do SALT-2, chegou-se à conclusão da existência de uma paridade aproximada no número

de vectores nucleares. O próprio acordo se baseia em tal constatação – e foi assinado por ambas as partes no Verão de 79. Se posteriormente o Congresso norte-americano o não ratificou, só podemos concluir daí o pouco empenho dos EUA em obrigarem-se – como o acordo determinava – a um parcial desmantelamento das suas armas estratégicas, quando na verdade os seus objectivos eram bem outros.

Na Europa – questão também muito discutida, ou melhor, utilizada para «justificar» a escalada na corrida aos armamentos, através da implantação de novos mísseis nucleares americanos no Velho Continente – a quantidade de armas nucleares de médio alcance é de cerca de mil para a NATO e mil para o Pacto de Varsóvia. Isto naturalmente incluindo as armas nucleares francesas e inglesas e ainda os 720 vectores nucleares dos EUA, instalados em aviões F-111, FB-111A, F-4, F-16, aparelhos dos porta-aviões instalados nos mares e oceanos que banham a Europa. Se excluirmos todas estas armas, claro está – a Europa está desarmada... o que, como a História em geral, e a política externa da comunidade socialista em particular o demonstram, não teria nenhum inconveniente.

E na verdade, muito mais que a contagem de aviões e de vectores nucleares, é isso verdadeiramente que está em causa. Duas políticas diferentes. Duas políticas opostas. A política de paz do socialismo. A política de guerra – literalmente de guerra, das várias «pequenas guerras» que entretanto alimenta – do imperialismo.

Uma última questão – porque é essencial medirmos bem o alcance do que está em causa. Nos últimos anos verificaram-se em média, nos sistemas de pré-alerta, 50 falsos alarmes por ano. A verificação de cada alerta demora no mínimo oito minutos. Um míssil Pershing-2, lançado da Europa, demora quatro a cinco minutos a atingir a União Soviética.

É este o elemento novo.



Nos arredores de Salvador, capital salvadorenha, soldados golpeiam o cadáver de um homem. Esta a base do regime. A repressão sob as mais diversas formas

El Salvador, repressão não detém a luta

Por poucas que sejam as notícias que nos chegam da batalha que se trava em El Salvador, elas inequivocamente traduzem avanços reais da acção do movimento de libertação, assim como a incapacidade do poder, das forças repressivas, de aniquilar um movimento estreitamente ligado ao povo salvadorenho, porque traduzindo efectivamente os seus anseios e interesses.

Actualmente desenvolve-se uma forte ofensiva da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) nos departamentos de Morazan, Unión e Usulután, no Leste do país, e em Chalatemango, no Norte.

Na verdade, a capacidade militar do movimento de libertação, tem vindo a afirmar-se progressivamente. Falhou a tentativa de aniquilamento militar da FMLN. De Janeiro a Agosto de 1981, manteve-se o equilíbrio estratégico. A partir de Março de 82 as forças de libertação passaram à ofensiva. Segundo o próprio ministro da Defesa de El Salvador, em Julho de 82, as baixas registadas no Exército nos últimos 12 meses eram de 3000 mortos, feridos e desaparecidos, o que testemunha da envergadura da verdadeira guerra em curso. Guerra suja, de um governo impopular, apoiado por Washington, contra o seu próprio povo, e de que a grande vítima é a população civil, chacinada pela tropa e pelos grupos paramilitares ao serviço do poder. 5339 assassinatos, só no ano de 1982.

A resposta do poder ao avanço do movimento de libertação, ao seu crescimento, ao reforço das suas posições, às próprias propostas de diálogo entre a Frente Democrática e a FMLN, por um lado, e o governo, parlamento e FFAA, de outro, entregues em Outubro de 82 ao mais alto representante do clero salvadorenho – tem sido a recusa de qualquer diálogo directo (muito embora alguns elementos das FFAA apoiem tal diálogo), e a repressão.

Repressão sob a forma directamente militar. Os assassínios que no quotidiano se sucedem. Mais 249 mortos numa semana de guerra, segundo afirmou há dias o bispo auxiliar de Salvador. E ainda a repressão selectiva: centenas de quadros sindicais presos. Os esquadrões da morte dinamizam as instalações sindicais. Enquanto paralelamente D'Aubuisson, chefe da organização terrorista ARENA guindado ao poder por obra de eleições-farsa promovidas pelos EUA, utiliza milhões de dólares recebidos dos EUA para tentar formar uma central sindical fantoche.

Que diferença, de objectivos ou de métodos?

O ascenso da luta não tem como única resposta uma maior repressão. Há ainda uma outra resposta – esta involuntária – os sintomas de desagregação, as dificuldades que se manifestam ao nível do poder.

A começar pela própria «eleição» de D'Aubuisson, personalidade cuja presença a um nível tão destacado não convinha particularmente aos Estados Unidos, que antes pretendiam dar a El Salvador uma aparência de governo democrático, «justificativa» de mais volumosos e directos auxílios contra o movimento de libertação. A imposição do presidente Magana pelo Departamento de Estado dos EUA não veio resolver nenhum problema. Já por mais de uma vez saltaram à luz do dia as contradições entre sectores diferentes do poder, que defendem vias diferentes, com um objectivo comum.

Simultaneamente o Partido Democrata-Cristão dividiu-se em dois, constituindo-se ainda recentemente mais quatro partidos de direita e de extrema direita. A recente revolta do coronel Ochoa, comandante da zona militar número 2 de Salvador, ligado e apoiado a D'Aubuisson – constitui mais um dos sintomas de desagregação e crescentes dificuldades ao nível do poder. A que há que somar o número crescente de soldados que fogem ou se rendem, companhias inteiras que se recusam a combater.

Factos que por si não devem levar à conclusão que estão abertos caminhos fáceis para uma vitória do povo de El Salvador. Por uma razão fundamental – a mesma que preside ao arrastamento da guerra e do morticínio – o apoio decisivo dos Estados Unidos.

EUA – papel decisivo

Trata-se antes do mais de um auxílio directo, militar, que recorre a «argumentos» tão absurdos e significativos, como o de uma possível baixa da média semanal de assassínios no país! E assim se justificam novas verbas, para mais armas, porque em El Salvador haveria uma tendência a um maior respeito dos «direitos humanos» – naturalmente se incluirmos entre tais direitos o de ser assassinado...

Na acentuação do esforço

militar dos EUA na zona incluí-se, por exemplo, a formação de batalhões anti-guerrilha. Foram recentemente formados nos EUA, treinados ao norte do rio Grande, financiados e enquadrados por «conselheiros» americanos, cinco batalhões anti-guerrilha destinados a El Salvador: «Jaguar», «Sierpe», «Gerardo Barrios», «Cuscatlan» e «Atonal», a somar aos batalhões formados no ano anterior: «Atlatcatl» e «Ramon Bellosio».

No mesmo quadro do esforço militar norte-americano – neste caso particularmente dirigido contra a Nicarágua – temos os exercícios militares de norte-americanos e hondurenhos, na fronteira da Nicarágua, entre 1 e 6 de Fevereiro, com a maior presença de soldados americanos registada até agora em tais manobras.

Uma tentativa de sufocar o exemplo revolucionário que constitui neste momento a Nicarágua, antes que se «pegue» a outros destacados sectores do movimento de libertação na América Latina, como El Salvador, ou a Guatemala, por exemplo.

E temos ainda a acção – reforçada – da CIA. As maiores verbas de «toda a história dos Estados Unidos»; segundo destaca a revista norte-americana «New York Times Magazine» foram agora atribuídas pela administração Reagan a «um dos instrumentos habituais da sua política externa» – a CIA. Uma arma particularmente utilizada nesses «pontos de tensão» que o imperialismo alimenta, contra a luta libertadora dos povos, onde mais teme que os seus interesses sejam atingidos. A América Latina, como o Médio Oriente, entre outros, estão entre essas zonas de «interesses vitais» para a Casa Branca.

«Rádio Venceremos», emissora oficial da Frente, denunciou que o Exército salvadorenho está a proceder a bombardeamentos massivos contra a população. A mesma prática genocida de um Somoza. A mesma «tese» que o «justificou» os massacres de aldeias vietnamitas! Ou há população, ou há guerrilheiros ou potenciais guerrilheiros.

Massacres que não só demonstraram não dar a vitória aos seus promotores como antes constituem pronúncia da sua inevitável derrocada. Assim foi no Vietnam e na Nicarágua. Como o será em El Salvador. Ao preço terrível que o imperialismo ainda vai impondo aos povos.

EUA e Israel, uma mesma política À mesa de conversações, como na guerra

Prosseguem conversações tripartidas sobre o futuro do Líbano ocupado por tropas de Israel. Conversações à boa maneira imperialista. Nessa base que mesmo a nível mundial tem vindo a ser defendida por Reagan – a base da força, da superioridade militar, no caso, da ocupação militar.

Muito recentemente, após uma visita oficial de dez dias aos Estados Unidos, o actual presidente israelita, Yitzhak Navon, frequentemente considerado como o próximo candidato do Partido Trabalhista (saliente-se bem) à sucessão de Begin, inseriu no seu balanço uma súmula significativa das exigências de Tel-Aviv: «Jeru-

salem é e continuará a ser a capital de Israel, a OLP é uma organização terrorista com a qual nunca negociaremos, não podemos aceitar um Estado Palestiniano independente, não haverá regresso às fronteiras de 1967 porque elas representam um risco para a segurança de Israel».

Palavras esclarecedoras – e de um membro do Partido Trabalhista – que desvanecem quaisquer ilusões quanto aos planos e pretensões de Israel, com este ou com outro governo que se insira na famosa «alternância» que caracteriza a democracia burguesa.

Esta a posição de Israel. E a

dos Estados Unidos? Que dizer das críticas que têm vindo a lume, do ministro sionista da Defesa, Sharon, a eventuais «pressões» de Washington?

Seria naturalmente demasiado simplista esboçar um esquema em que ordens peremptórias emanassem da cabeça – Washington – para serem estrita e metodicamente cumpridas por países que – de facto – fazem a política do imperialismo.

Naturalmente que essas relações são mais complexas. Os planos e as táticas não serão totalmente coincidentes. Ao que há que acrescentar a conveniência de mostrar publicamente distâncias.

Mas o fundamental não está

aí. O fundamental está no apoio de Washington à política expansionista e agressiva de Israel, porque tal política lhe convém. O fundamental está em que foram armas norte-americanas – mesmo as mais sofisticadas, mesmo as utilizadas «à experiência» – que massacraram palestinianos.

O fundamental é que se estão a desenvolver políticas coincidentes. O alargamento do esquema de Camp David (que já abriu portas à própria invasão do Líbano), quer através de um «acordo» entre Israel, EUA e Líbano, quer ainda através da inclusão da Jordânia, como está nos planos de Washington – é objectivo, tanto

de Israel, como dos Estados Unidos. E os métodos utilizados são os mesmos – a força, a chantagem.

Um exemplo. Segundo o jornal «Al-Khaleej», dos Emiratos Árabes Unidos, os EUA enviaram um memorando ao rei Hussein da Jordânia, advertindo de que «nenhuma mudança será introduzida nas propostas de Reagan sobre a solução para o Médio Oriente». Os EUA ameaçavam ainda de que recorreriam a «outras alternativas» se a Jordânia não se associasse, até Março, às negociações «israelo-árabes de paz».

Que diferença, de objectivos ou de métodos?

Arafat: «A solidariedade árabe existe»

De uma recente entrevista concedida pelo dirigente da OLP, Yasser Arafat, à revista «Afrique Asie», retiramos dois pequenos extractos que nos pareceram particularmente esclarecedores sobre a realidade actual no Médio Oriente. Um referente à importância da solidariedade árabe, em particular quando do cerco de Beirute, um facto praticamente ignorado entre nós. Um outro sobre a questão actual das relações e contactos com a Jordânia, e a posição e os planos dos Estados Unidos também em relação a esse país árabe. Posições que nada têm a ver com as assumidas pela OLP.

Sabem que cento e cinquenta mil voluntários chegaram a Bekaa quando do cerco de Beirute e que centenas de milhares de outros se declararam voluntários na maioria dos países árabes, mas que as restrições nas fronteiras, o bloqueio de umas, o encerramento de outras, os impediram de se juntar a nós? Sabem que entre estes voluntários havia mais de setenta mil libaneses, cinquenta mil egípcios, centenas de milhares de indonésios. Todos os aviões yemenitas foram requisitados durante toda a invasão israelita para transportar os voluntários do Yémen.

Houve quem falasse da

indiferença dos árabes, da passividade da nação árabe. É uma difamação, um insulto inventado e propagado por Israel e seus aliados. A verdade é que a consciência, a nação árabe, estavam mobilizadas. Mas a cumplicidade de alguns regimes com os agressores ou com os seus aliados, a pressão, mesmo a chantagem exercidos por Washington e seus parceiros sobre muitos países, paralisaram esta acção.

Relações com a Jordânia

O comunicado conjunto com o rei Hussein não



comporta nenhuma ambiguidade. Assenta nas cláusulas das decisões de Fez de que em nada se afasta, concretamente, que o objectivo é a criação de um Estado palestiniano independente e soberano com Jerusalém como capital. Afirmamos nesse comunicado de Amman que as nossas relações serão estabelecidas numa base federativa (...). No que respeita às negociações entre o rei Hussein e Washington, tudo o que posso dizer neste momento, e aguardando uma análise mais profunda dos resultados, é que os Estados Unidos continuam hostis às posições fundamentais do conjunto da nação árabe tal como foram formuladas e anunciadas na última cimeira árabe. Washington luta poderosa e vigorosamente contra as nossas aspirações nacionais e mesmo o plano Reagan, apesar de alguns aspectos positivos, recusamos o direito à autodeterminação, que é um princípio fundamental, no plano ideológico e constitucional, dos Estados Unidos e da ONU.

África Austral um inimigo comum

Terminou domingo, dia 30, em Amesterdão, a terceira reunião preparatória da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, a última que se efectua antes da Conferência Internacional, que deverá decorrer em Lisboa de 25 a 27 de Março. Uma reunião que uma vez mais vem destacar, não só a importância do que se passa na África Austral e a premência em resolver problemas candentes como o da dependência da Namíbia, o fim das agressões por parte da África do Sul a países como Angola e Moçambique, mas também o peso que a solidariedade internacional tem – e mais pode ter – na batalha que aí se trava.

Referiremos apenas – porque se trata de uma iniciativa muito recente – a semana de boicote às mercadorias sul-africanas, que terá lugar de 30 de Abril a 8 de Maio, promovida por organizações de solidariedade da Holanda, da RFA e da Suíça, e que se destina a alertar para a importância dos contactos económicos com Pretória, como apoio e reforço do regime de «apartheid». E num plano mais vasto, a adopção, em Dezembro pela Assembleia Geral da ONU, de uma resolução exigindo a aplicação ime-

diata e incondicional da resolução 435 para a independência da Namíbia. A visita oficial do secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, à República Popular de Angola (31 de Janeiro e 1 de Fevereiro), traduz igualmente essa preocupação internacional pelas consequências da política de Pretória.

Diversificadas formas de solidariedade, que na verdade abarcam, não um só povo, mas vários povos que neste momento, de uma ou de outra forma, enfrentam a política de «apartheid», a política do imperialismo em África. O povo da Namíbia, ao qual continua a ser recusado o direito à independência. Povos dos países vizinhos da África do Sul, nomeadamente o de Moçambique e em particular o de Angola, país que tem uma parcela do seu território ocupado pelas tropas racistas. E ainda o povo da África do Sul.

Há poucos dias o governo sul-africano determinou a proibição de um relatório sobre a Namíbia da Conferência Episcopal Católica da África Austral. O relatório acusa as forças de Pretória de praticarem atrocidades na Namíbia e afirma mesmo expressamente que a maioria da população negra da Namíbia apoia a SWAPO (mo-

vimento de libertação da Namíbia) e não o exército sul-africano de ocupação.

Quase simultaneamente a África do Sul dissolve o governo fantoche que, em 78, e através de uma farsa-eleitoral, tinha instalado na Namíbia.

Assim ressalta a falência da política que Pretória quer impor, enquanto a SWAPO se afirma como a única opção possível, porque verdadeiramente representativa dos interesses do povo namibiano.

«Sem a SWAPO, não pode haver qualquer solução para a Namíbia» – afirmou recentemente o camarada Alfred Nzo, secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul. No nosso país, nós também nos batemos por que todas as camadas da população lutem por uma pátria democrática. Só então a nossa palavra de ordem «Amanda Ngawethu» – o Poder para o povo! – se tornará realidade».

Os factos testemunham bem desta íntima ligação entre a luta dos vários povos da zona, como da identidade dos obstáculos com que deparam: o regime racista, apoiado em particular pelo imperialismo norte-americano.

Na mesma entrevista, conce-

dida ao semanário soviético «Notícias de Moscovo», o camarada Alfredo Nzo destaca: «Baseando-se no apoio e no encorajamento de Washington, o regime de apartheid continua não só a oprimir a população autóctone da África do Sul e o Movimento de Libertação da Namíbia, mas passa ainda a um nível mais elevado as acções agressivas contra os Estados vizinhos. Moçambique é constantemente vítima de incursões armadas. As regiões do Sul de Angola continuam ocupadas. Recentemente os racistas agrediram o minúsculo e inofensivo reino do Lesotho, matando dezenas de inocentes – mulheres, velhos e crianças. Um dos muitos elos da cadeia de crimes dos racistas».

É para romper esta «cadeia de crimes» que o movimento de solidariedade se desenvolve a nível internacional, que se multiplicam iniciativas para impedir as pretensas soluções, de carácter neocolonialista, que os Estados Unidos e a África do Sul pretendem impor. Esse também o sentido da reunião que em Março se deverá realizar em Lisboa, e que virá a constituir um ponto alto da solidariedade com os Estados que mais directamente se batem contra o regime de «apartheid».